

# MÓ BI LE

#1 JUNHO DE 2014



CAU/SP  
Conselho de Arquitetura  
e Urbanismo de São Paulo

A REVISTA DO CAU



## Cidades

**EM ENTREVISTA, PAULO MENDES DA ROCHA EXPLICA, SEM ENTRELINHAS, COMO EVITAR O DESASTRE NAS CIDADES. SÉRGIO FERRO ANALISA A INVISIBILIDADE DOS OPERÁRIOS E O QUE OS TAPUMES DOS CANTEIROS DE OBRA ESCONDEM. DOSSIÊ/CAU APRESENTA PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA CONSTRUIR METRÓPOLES MAIS DEMOCRÁTICAS.**



| DIRETORIA |

**Afonso Celso Bueno Monteiro**  
*Presidente*  
**Gustavo Ramos Melo**  
*Vice-presidente*  
**Gerson Geraldo Mendes Faria**  
*Diretor Administrativo*  
**Éder Roberto da Silva**  
*Diretor Financeiro*  
**Pietro Mignozzetti**  
*Diretor Financeiro Adjunto*  
**Marcia Mallet Machado de Moura**  
*Diretora Técnica*

**Luciana Rando de Macedo Bento**  
*Diretora Técnica Adjunta*  
**Leandro Bueno Matsuda**  
*Diretor de Relações Institucionais*  
**João Carlos Correia**  
*Diretor de Ensino e Formação*  
**João Carlos Monte Claro**  
*Diretor Administrativo Adjunto*  
**Silvio Antonio Dias**  
*Diretor de Relações Institucionais Adjunto*  
**Mario Yoshinaga**  
*Diretor de Ensino e Formação Adjunto*

| CONSELHEIROS FEDERAIS |

**Miguel Alves Pereira** (*in memoriam*)  
*Conselheiro Federal Titular*

**Daniel Amor**  
*Conselheiro Federal Suplente*

| CONSELHEIROS TITULARES |

*Afonso Celso Bueno Monteiro*  
*Ana Maria de Biazzi D. de Oliveira*  
*Bruno Ghizzellini Neto*  
*Ciro Felice Pironi*  
*Claudio Barbosa Ferreira*  
*Claudio Sergio Pereira Mazzetti*  
*Débora Pinheiro Frazatto*  
*Éder Roberto da Silva*  
*Ederson da Silva*  
*Edison Aparecido Candido*  
*Eduardo Caldeira Brandt Almeida*  
*Eduardo Habu*  
*Gerson Geraldo Mendes Faria*  
*Gilberto Silva Domingues de Oliveira Belleza*

*Gustavo Ramos Melo*  
*João Carlos Correia*  
*João Carlos Monte Claro*  
*Vasconcellos*  
*Jose Armenio de Brito Cruz*  
*José Borelli Neto*  
*José Renato Saibelmann Melhem*  
*Leandro Bueno Matsuda*  
*Lélis Noronha Schneck*  
*Luciana Rando de Macedo Bento*  
*Lucio Gomes Machado*  
*Luiz Antonio Raizzaro*  
*Luiz Augusto Contier*  
*Luiz Fisberg*  
*Marcia Mallet Machado de Moura*  
*Mario Yoshinaga*

*Nadia Somekh*  
*Nilson Ghirardello*  
*Nina Vaisman*  
*Paulo Afonso Costa*  
*Paulo André Cunha Ribeiro*  
*Paulo Canguçu Fraga Burgo*  
*Pietro Mignozzetti*  
*Reginaldo Peronti*  
*Renato Luiz Martins Nunes*  
*Roberto dos Santos Moreno*  
*Rogerio Batagliesi*  
*Rosana Ferrari*  
*Saïde Kahtouni*  
*Silvio Antonio Dias*  
*Victor Chinaglia Junior*

| CONSELHEIROS SUPLENTES |

*Altamir Clodoaldo R. da Fonseca*  
*Antonio Claudio P. da Fonseca*  
*Aurea Lopes Machado Mazzetti*  
*Berthelina Alves Costa*  
*Caio Boucinhas*  
*Carlos Alberto Silveira Pupo*  
*Carlos Eduardo Zahn*  
*Consuelo Aparecida G. Gallego*  
*Daniela Morelli de Lima*  
*Delcimar Marques Teodózio*  
*Edmilson Queiroz Dias*  
*Edson Luis da Costa Sampaio*  
*Francisco Eleutério de Abreu*

*Guilherme C. de Carvalho*  
*Isao Watanabe*  
*João Antonio Danielson Garcia*  
*José Antonio da Silva Quaresma*  
*José Eduardo Gonçalves*  
*José Geraldo Martins*  
*José Roberto Baraúna Filho*  
*Julio Barreto Gadelha*  
*Katia Piclum Versosa*  
*Kauê Obara Kurimori*  
*Laerte Otavio Raja Rosseto*  
*Luciana Mercia Gonçalves*  
*Luciano Fiaschi*

*Manoel Correia de Almeida*  
*Marcelo Martins Barrachi*  
*Maurilio Ribeiro Chiaretti*  
*Miguel Gustavo Fabregues*  
*Monica Fonseca Coutinho*  
*Nelson Trezza*  
*Pedro de Melo Saraiva*  
*Rafael Patrick Schimidt*  
*Rafic Farah*  
*Silvio Heilbut*  
*Stella Maris Bilemjian*  
*Valter Luis Caldana Junior*  
*Vicente de P. Ganzelévitch Vargas*

| COMISSÃO ESPECIAL DE FORMATAÇÃO DO PROJETO EDITORIAL DA REVISTA DO CAU/SP |

**Afonso Celso Bueno Monteiro**  
*Membro nato*  
**Gustavo Ramos Melo**  
*Membro nato*  
**Leandro Bueno Matsuda**  
*Membro nato*

**Éder Roberto da Silva**  
*Membro nato*  
**Victor Chinaglia Junior**  
*Coordenador*  
**Rosana Ferrari**  
*Membro titular*

**Reginaldo Peronti**  
*Membro titular*  
**João Carlos Correia**  
*Membro substituto*  
**Gilberto S. R. de Oliveira Belleza**  
*Membro substituto*

GRUPO DE TRABALHO

**Ciro Pironi**  
**João Sette Withaker**  
**Antonio Celso Pinheiro**

**Miguel Pereira** (*in memoriam*)

**Pedro Fiori Arantes**  
**José Xaides de Sampaio Alves**  
**Rafic Farah**

| EXPEDIENTE |

**Danièle Moraes**  
*Assessora de Comunicação*

**Sandra Cruz**  
*Técnica de Comunicação*

**Paula Zaidan**  
*Assessora de Comunicação Interina*

**Impressão:** Crystalgraf

**Tiragem:** 50 mil exemplares

**Contato:** revista@causp.gov.br

SEMPRE VIVA PRODUÇÃO E CONTEÚDO

**Fernando Rizzotto**  
*Editor de Arte*  
**Tom Pina**  
*Ilustrações*

**Guiomar Prates**  
*Coordenadora de Produção*

**Roney Rodrigues**  
*Jornalista*  
**Beatriz Albuquerque e Castro**  
*Jornalista*

Fotos da capa e segunda capa por **Cristiano Mascar**

Fotos da quarta capa por **Gal Oppido**

# UMA ÁRVORE AO VENTO

Móvil é movimento a partir do princípio do equilíbrio. Nas palavras do francês Marcel Duchamp, “é a sublimação de uma árvore ao vento”. Não é para menos, afinal, quem nunca se pergunta como singelas peças, unidas entre si por fios, se agitam no etéreo em perfeita harmonia e assumem as mais imprevisíveis formas?

Talvez o “pai dos móveis”, o americano Alexander Calder, nos apresente algum indício ao teorizar sobre essa estranha escultura: “a arte é a disparidade que existe entre a forma, massa e movimento”. É aí que entra a inspiração para nossa revista: o conceito calderiano de “arte cinética”. Afinal, o CAU/SP almeja ser vetor das transformações que ocorrem a todo o momento em nossa sociedade, ser uma “árvore ao vento” das principais tendências da Arquitetura e do Urbanismo brasileiro e, ao mesmo tempo, equilibrar as múltiplas ideias e opiniões dos profissionais de nossa classe.

Essa revista que você, caro leitor, segura em suas mãos, apresenta desde sua gestação essa sincera busca. Já em nossa primeira edição, apresentamos uma entrevista com Paulo Mendes da Rocha, vencedor do prestigiado Prêmio Pritzker e um elucidativo “Dossiê-CAU/SP” sobre as metrópoles. A revista Móvil também conta com artigos de importantes arquitetos e urbanistas brasileiros e traz as principais notícias do Conselho.

Boa leitura!

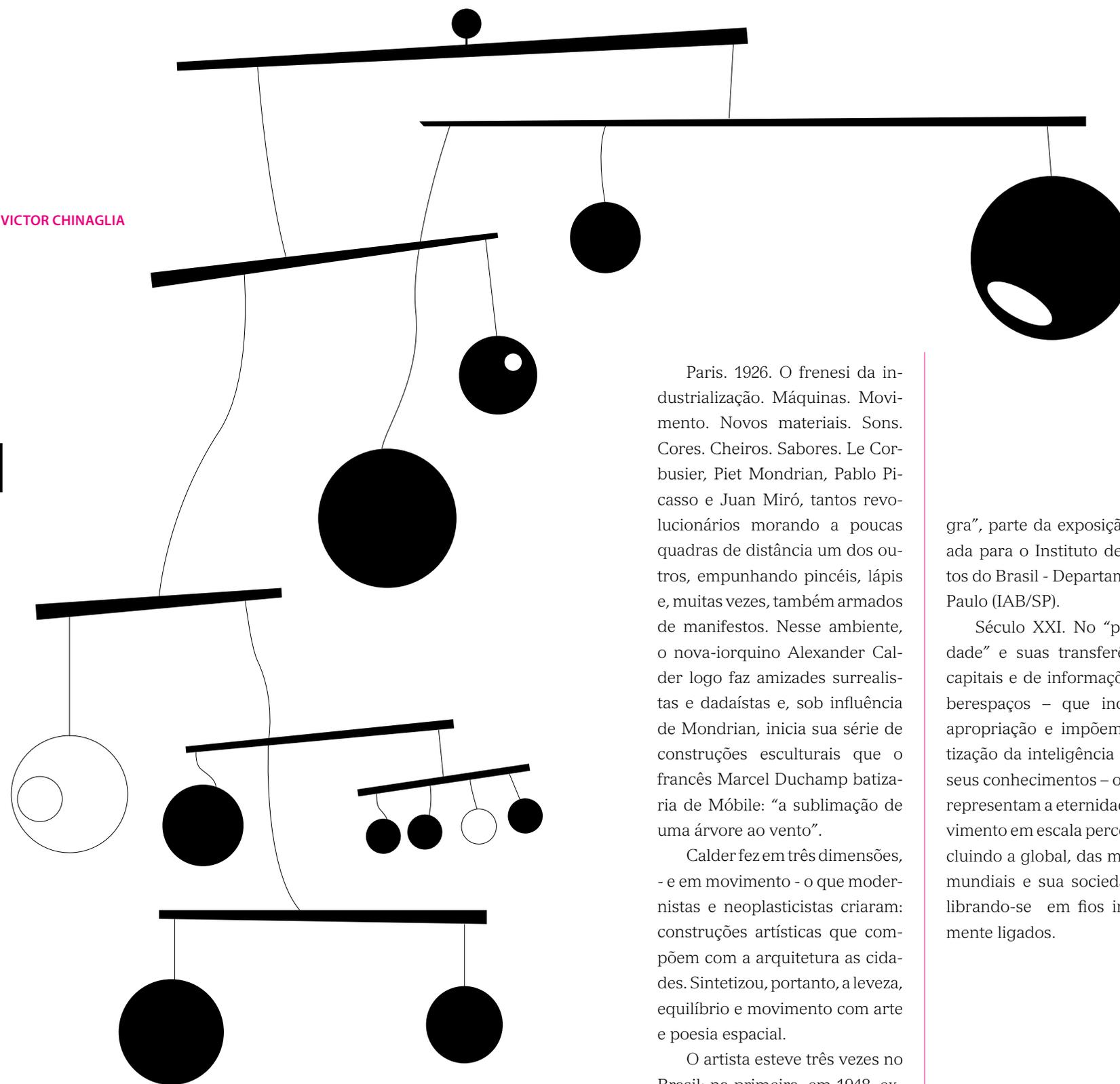
**Afonso Celso Bueno Monteiro**  
Presidente do CAU/SP

# MÓBILE

ÉDER ROBERTO DA SILVA e VICTOR CHINAGLIA  
Coordenadores Editoriais

MóBILE está diretamente ligado aos objetivos da publicação: a responsabilidade face ao estágio de organização dos arquitetos e urbanistas com o pleno funcionamento de nosso conselho, o CAU/SP. Indelével que a marca do CAU é a cidade e tudo que envolve a urbi, com os conflitos e demandas que as atingem.

O mundo necessita de arquitetos e urbanistas para, juntos com a sociedade, fazermos cidades melhores e, assim, melhorar a vida - que em si não basta, como diz o poeta Ferreira Gullar. Arte é necessária - sublime criação da humanidade -, determinada pelo estágio de desenvolvimento econômico e tecnológico e das condições intelectuais em que serão firmadas, sempre dentro de um processo histórico coletivo e contínuo, o que Karl Marx chamava de *general intellect*.



Paris. 1926. O frenesi da industrialização. Máquinas. Movimento. Novos materiais. Sons. Cores. Cheiros. Sabores. Le Corbusier, Piet Mondrian, Pablo Picasso e Juan Miró, tantos revolucionários morando a poucas quadras de distância um dos outros, empunhando pincéis, lápis e, muitas vezes, também armados de manifestos. Nesse ambiente, o nova-iorquino Alexander Calder logo faz amizades surrealistas e dadaístas e, sob influência de Mondrian, inicia sua série de construções esculturais que o francês Marcel Duchamp batizaria de MóBILE: “a sublimação de uma árvore ao vento”.

Calder fez em três dimensões, - e em movimento - o que modernistas e neoplasticistas criaram: construções artísticas que compõem com a arquitetura as cidades. Sintetizou, portanto, a leveza, equilíbrio e movimento com arte e poesia espacial.

O artista esteve três vezes no Brasil: na primeira, em 1948, expôs em dois dos mais importantes prédios da arquitetura brasileira: no Ministério da Educação do Rio e no MASP. A peça “A Viúva-Ne-

gra”, parte da exposição, foi doada para o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (IAB/SP).

Século XXI. No “planeta cidade” e suas transferências de capitais e de informações via ciberespaços - que inovam em apropriação e impõem a privatização da inteligência coletiva e seus conhecimentos - os móveis representam a eternidade do movimento em escala perceptiva, incluindo a global, das metrópoles mundiais e sua sociedade equilibrando-se em fios intrinsecamente ligados.

A sublimação de uma árvore aos ventos dos movimentos reivindicatórios, que exige cidades para todos, que pode florescer numa praça que viraria shopping na Turquia, ocupar o principal centro financeiro mundial contra o mercado que constrói e regula os espaços em Nova Iorque ou mesmo manifestar-se pela falta de mobilidade e transporte público nas cidades brasileiras.

Pela primeira vez na história, arquitetos e urbanistas têm a oportunidade de expressarem e defenderem posições com plena autonomia e credibilidade advindas de um órgão oficial dirigido, exclusivamente, por nós profissionais. É urgente a voz de arquitetos e urbanistas frente aos debates das cidades como instrumento de pressão política sobre o poder decisório.

Esse movimento é agudo e crítico, mas belo, leve, participativo e de livre acesso que, assim como um móBILE, queremos em nossa revista. É uma justa homenagem ao processo criativo coletivo da inteligência brasileira, no qual a arquitetura contribui e tem o dever de participar dentro da nova realidade da sociedade e suas cidades.

As fotos que compõem este dossiê são de  
| CRISTIANO MASCARO |

# METRÓPOLES

## O que nos une?

CAÓTICA. DESIGUAL. COSMOPOLITA. VIBRANTE. HOJE, 44% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA VIVE NAS METRÓPOLES. E ESSE PRIMEIRO DOSSIÊ MÓBILE DISCUTE COMO ANDAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CIDADES, APRESENTA SUAS CONTRADIÇÕES E CONTRASTES E QUESTIONA: PODEMOS EVITAR O DESASTRE?

São Paulo é uma cidade de contrastes. Ao cair da tarde, enquanto milhares de executivos deixam seus escritórios, localizados em espelhados arranha-céus das avenidas Berrini e Paulista, um exército com cerca de 1,128 milhão de desempregados paulistanos, segundo o Dieese, retorna para casa sem perspectiva de trabalho. Um contraste que permite que a economia de São Paulo gire 388 bilhões de dólares por ano – o que corresponde a uma fatia de 11,5% do PIB nacional – e, ao mesmo tempo, também seja a capital dos “aglomerados subnormais”, com dois milhões de pessoas vivendo em favelas e outros assentamentos precários ou

irregulares, o equivalente a 11% de sua população.

São Paulo é, também, uma cidade motorizada. A aquisição de carros cresce em uma velocidade 8,6 vezes maior que a da população e os sete milhões de veículos que já circulam diariamente pela cidade matam, proporcionalmente, três vezes mais pessoas que o trânsito de Nova Iorque. Além dos congestionamentos quilométricos, essa cultura automobilística tem outras implicações no cotidiano: em média, o paulistano demora, sem contar a volta, 43 minutos para chegar até o trabalho - tempo 31% maior do que nas outras metrópoles brasileiras - e um terço da população

é obrigada a se deslocar a pé por falta de dinheiro.

Ao caminhar por suas ruas, logo se percebe que a maior metrópole da América Latina é palco de constantes disputas, com pontas nunca atadas da organização do espaço. Enquanto na Vila Nova Conceição o metro quadrado dos imóveis atinge os 14 mil reais e, em toda a cidade, desde 2008, segundo o Índice Fipe/Zap, a especulação imobiliária inflaciona os aluguéis em 93%, 130 mil famílias não têm onde morar.

Além de tudo isso, São Paulo é, também, uma cidade que adoece. A olho nu pode não se perceber, porém, em todo o estado, a poluição do ar mata duas vezes



***As cidades devem ser desenhadas como uma imensa obra coletiva***



mais que os acidentes de trânsito, os espaços verdes não são democraticamente distribuídos e os lodacentos rios Tietê e Pinheiros correm como esgotos a céu aberto pelas entranhas da cidade, recebendo, diariamente, toneladas de lixo e dejetos.

Essa é a metrópole: caótica e desigual, mas, ao mesmo tempo, cosmopolita e vibrante. Uma cidade partida em que forças hegemônicas desenham por suas ruas, avenidas e esquinas uma antieuclediana “ordem desordenada”.

Mas essa lógica não se restringe somente a São Paulo. Hoje o Brasil tem 40 regiões metropolitanas, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), abrigando 44% da população brasileira e 11% dos municípios. Só o estado de São Paulo tem cinco regiões metropolitanas: São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba, Baixada Santista e Sorocaba. Essa multiplicidade metropolitana cria alguns problemas. Formular políticas públicas comuns de desenvolvimento urbano talvez seja o maior deles, já que dessas 40 regiões apontadas pelo Ipea, apenas oito têm um quadro institucional completo, com uma lista de

funções públicas comuns, conselhos metropolitanos e fundo para investimentos.

Com os problemas de mobilidade, especulação imobiliária e de ausências de políticas públicas, é de se pensar que as cidades estão em uma rota de desastre com a precariedade – ou mesmo ausência – de projetos urbanísticos, o que levaria as metrópoles ao caos.

“Não podemos nos iludir: as metrópoles não são caóticas em nada”, rebate o arquiteto e urbanista Alexandre Delijaicov, professor da FAU/USP há 14 anos. “Tudo ainda está por se fazer”, continua ele. “Essa é a lógica do capital: causar o desequilíbrio do tecido urbano. E as metrópoles precisam ter esse caráter físico-espacial para perpetuar a opressão sobre os outros. O caos é muito bem planejado”.

“Como diz Mike Davis [professor e teórico do urbanismo americano], até merda já virou mercadoria”, lembra Ermínia Maricato, livre-docente em Arquitetura e Urbanismo e professora aposentada da FAU/USP. “Devido à desregulamentação das políticas públicas e o assédio das multinacionais, o capital já transformou serviços públicos como saneamento, transporte, coleta de resíduos, iluminação - tudo mesmo - em mercadoria”. E conclui: “a política urbana é desenhada pelo clientelismo e pelos capitais que tomam conta da cidade”.

Mas como as cidades foram mercantilizadas, as diferenças sociais aprofundadas e muitas políticas públicas desmanteladas? Acompanhe no primeiro Dossiê Móbile.

## CIDADE DE CABEÇA PRA BAIXO

A notícia já era prevista: em 2007, pela primeira vez na história mundial, a população urbana superava a rural. Mais do que representar a imagem de pessoas compartilhando um mesmo espaço, os dados simbolizavam um prenúncio de colapso nas metrópoles. Talvez, mais que isso: o surgimento da “era das megalópoles”.

O alarme não é para menos. Estimativas apontam que, em 2015, coexistirão 33 megalópoles situadas, em sua maioria, nos países do chamado Terceiro Mundo e que, em 2025, a Terra possuirá cinco bilhões de habitantes urbanos. O movimento em direção a esse futuro não para: a cada semana, 1,2 milhão de pessoas se mudam do campo para a cidade,

um processo particularmente comum na Ásia e na África. Em 40 anos, o mundo precisará de mais mil metrópoles com mais de três milhões de habitantes.

A urbanização não é novidade para o Brasil, que já conta com 80% da população vivendo em cidades, porém essa “era das megalópoles” é, sim, algo novo: um estudo da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), com base dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), aponta que São Paulo já atingiu o patamar de macrometrópole, a primeira do hemisfério sul. O trecho de 102 quilômetros que liga a cidade a Campinas já é uma mancha urbana que une 65 municípios e abriga 12% da população brasileira.

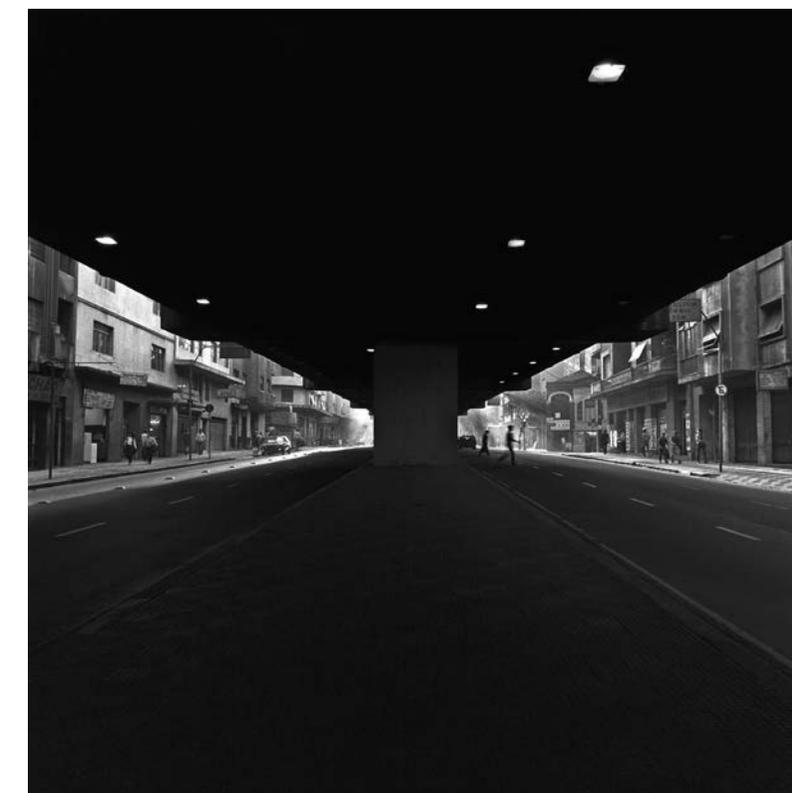
No restante do país, o crescimento das regiões metropolitanas é evidente e, com isso, surgem problemáticas e crises que já deixam de cabelo em pé os administradores urbanos – e principalmente a população. Mas como foi que as cidades chegaram a esse patamar de crescimento – e desorganização espacial?

“A forma como fomos colonizados deixa até hoje suas marcas na cidade”, responde Ciro Pironi, diretor da Escola da Cidade. “O sistema de colonização instalado na América espanhola e portuguesa, é, por natureza, extremamente predatório e constituiu as cidades somente a partir da ideia de mercadoria e de especulação do valor do terreno”, analisa. Seguindo ele, as consequências são



**ERMÍNIA MARICATO**  
Professora aposentada da USP

***A política urbana é desenhada por clientelismo e capitais, que tomam conta da cidade***



trágicas para o desenvolvimento urbano brasileiro e “esse colonialismo colocou as nossas cidades em uma rota de colisão”.

“Foram mais de 500 anos de hemorragia inclemente dos recursos naturais e de vampirização das cidades”, destaca o professor Delijaicov sobre a forma como as cidades foram erguidas desde aquela época. “E ficou o ‘olhar do colonizador’. Dessa forma, as metrópoles foram construídas de forma estúpida: dentro de um modelo mercantilista e rodoviário e, sempre, em torno do exército industrial de reserva, promovendo o desencontro e o medo. É a lógica do vencedor e do perdedor e, hoje, infelizmente, somos todos perdedores”. Para o professor, é preciso mudar a “infraestrutura das mentalidades”.

## GESTÃO PÚBLICA METROPOLITANA

Nos anos 1970, durante a Ditadura Militar, a administração da metrópole envolveu algumas empresas de desenvolvimento metropolitano e um órgão específico de planejamento. Pouco se avançou, porém essa ação é considerada um pequeno princípio de gestão metropolitana.

A partir da Constituição de 1988, os municípios brasileiros fortaleceram seu papel de gestores de políticas públicas com um significativo aumento de suas participações na receita fiscal, que saltou de 9,5%, em 1980, para 16,9%, em 1992.

Essa “descentralização fiscal” representou a ampliação – embora desproporcional – das competências municipais em setores

sociais - como educação, saúde e habitação -, mas também uma intensificação da vida política local. A década de 1990 representou, portanto, o fortalecimento da autonomia local, o que incrementou processos de reforma no setor público. Porém, também nascia um problema: a falta de ações para integrá-las, especialmente em temas nevrálgicos, como mobilidade, saúde e saneamento, que não podem ser tratados isoladamente por cada município.

A grande dificuldade das metrópoles – e que persiste até hoje – era conseguir montar uma gestão para superar essas inúmeras diferenças políticas.

“Foi uma crise fortíssima, aprofundada pelo neoliberalismo e pelas privatizações”, avalia Maricato, recordando-se dos de-



safios da época, quando, inclusive, foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo, entre 1989 e 1992, no governo Luiza Erundina (PT-SP). “Passamos, praticamente, as décadas de 1980 e 1990 sem políticas públicas nacionais e estaduais. Até o final dos anos 1990, a proposta de Reforma Urbana era central, tinha representantes no Congresso, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias, elegemos muitos prefeitos, vereadores, lideranças sociais fortes, pesquisadores, professores. A partir do momento em que os investimentos retornam para áreas como saneamento e transporte, as coisas retrocedem. Mas, desde junho de 2013, esse quadro mudou completamente”, lembra a professora da FAU/USP.

## CIDADE PARA SE DESFRUTAR

A mudança que a professora Ermínia Maricato se refere - quando manifestações tomaram conta das ruas e da pauta política do país - ficou mundialmente conhecida como “Jornada de Junho”. Na época – e até hoje – muitos procuravam sentido para tais “fenômenos”, porém havia um consenso na interpretação das manifestações: o direito de acessar a metrópole.

“O capital tomou o comando da cidade: a riqueza toda vai para a especulação imobiliária, os automóveis entopem, literalmente, a cidade e o transporte coletivo permanece em ruínas”, aponta Maricato. “A partir de junho, se assume o transporte urbano como questão fundamental para a vida das pessoas”.

A professora defende a seguinte ideia: o tema da mobilidade urbana, que atinge todas as classes, é reflexo direto da organização da cidade, com as longas distâncias entre trabalho e moradia. Mas, mais que isso, significa o direito de acessar a cidade. “As pessoas até aceitam morar no fim do mundo, mas querem chegar aos seus empregos. Hoje a jornada do transporte cansa mais do que o próprio trabalho. Além disso, sempre ouço dos jovens da periferia: ‘no meu bairro, à meia-noite o transporte é suspenso e não tem nada para fazer’”.

E o tema passou, realmente, a “bombar” nos últimos tempos. Um levantamento do jornal O Estado de São Paulo mostra que o tempo de deslocamento de casa para o trabalho é até 163% maior na perife-

ria da capital paulista. Aproximadamente 20% dos trabalhadores das regiões metropolitanas brasileiras gastam mais de uma hora por dia no deslocamento de casa para o local de trabalho. Ao mesmo tempo, desde 2001, a quantidade de automóveis dobrou, passando de 24,5 milhões para os 50,2 milhões (2012).

Há, ainda, o problema dos deslocamentos entre municípios que, segundo o Censo 2010, nas 12 principais metrópoles, é uma realidade para 13 milhões de pessoas que se deslocam, diariamente, entre os municípios para trabalhar ou estudar.

“Mobilidade é uma questão eminentemente de projetos urbanos”, explica Pironi. “Se aliar-mos competência técnica com vontade política teremos boas cidades. Temos que inverter a equação de hoje e colocar, em primeiro lugar, o pedestre, depois os veículos não motorizados e os mecanizados coletivos. O carro viria somente por último”.

Em seguida, ele preanuncia: “no futuro, vão pensar que não batíamos bem da cabeça. Colocamos pessoas para viver a mais de 20 quilômetros de distância do trabalho, depois construímos um sistema de transporte urbano embaixo da terra que custa um milhão de dólares o metro para trazermos eles para esse mesmo local. Fizemos rios ficarem retos e, não contentes, invertemos o fluxo das águas, sempre para mercantilizar o espaço urbano. Vão pensar: esse povo do passado era estúpido!”.



**ALEXANDRE DELIJAICOV**  
Professor da FAU/USP

### ***Foram 500 anos de hemorragia dos recursos naturais e vampirismo das cidades***



### **DEBAIXO DO ASFALTO**

O que há abaixo do asfalto? A resposta, para muitas das principais vias de São Paulo, é: rios. Durante o processo de crescimento e urbanização, muitos rios foram canalizados e cederam espaço para corredores importantes da metrópole como a Avenida 23 de Maio e a Avenida 9 de Julho.

Um dos primeiros exemplos foi a construção do Viaduto do Chá, sobre o Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Depois, vieram outras obras de modificação, canalização e retificação de rios. Os problemas decorrentes disso são sentidos diariamente pelos paulistanos: rios poluídos e sem vida, enchentes e congestionamentos quilométricos.

O autor de projetos como esse foi Prestes Maia, então prefeito, que, na década de 1930, iniciou as obras do seu plano de avenidas, baseado em modelos de cidades europeias, porém sem combinar outras modalidades de transporte que não fossem rodoviaristas. A partir daí, o carro foi tratado como uma peça-chave para a modernização do país.

“Como deixamos isso acontecer se, ao contrário do que se diz, mais de um terço das viagens nas regiões metropolitanas são feitas a pé porque a população não tem dinheiro?”, questiona o professor Delijaicov. No entanto, tem a resposta na ponta da língua: “é a injustiça social provocada por essa perversa distribuição de renda”.

Delijaicov é considerado, por muitos, como o “inimigo número um dos carros”, considerando os automóveis uma arma e os motoristas, por consequência, assassinos em potencial. Cita as mortes no trânsito – 22,5 para cada 100 mil habitantes, a maior taxa desde que os dados começaram a ser contabilizados – e vaticina: “nós não precisamos de carros. Se houvesse pontos de emprego e de trabalho distribuídos pela cidade – até uma distância de 20 ou 30 minutos de caminhada, pedala ou transporte sobre trilhos – teríamos um melhor índice de urbanidade e de melhora coletiva na vida das pessoas”, afirma ele.

Delijaicov propõe uma solução para desafogar o tráfego: utilizar os rios. Com importantes projetos para a mobilidade urbana – como a construção de um

anel hidroviário de 600 quilômetros de extensão, ligando importantes rios da capital – o arquiteto sugere: “o hidroanel de São Paulo seria a retomada da navegação fluvial, a partir do transporte de cargas e do transporte alternativo de passageiros. Isso existiu durante séculos em todas as cidades do mundo e foi interrompido na década de 20”, diz ele.

### **NA PERIFERIA**

Usufruir inteiramente a cidade é uma possibilidade para poucos, dada a redistribuição de territórios que formou as periferias e ressignificou os espaços urbanos pelo mercado imobiliário.

Porém, apesar de ressignificadas, o modelo ainda é colonial, como descreveram Pironi e Delijaicov. Se antes havia a distinção colonial entre a “Casa Grande” e a “Senzala”, hoje essa lógica foi substituída por “centro” e “periferia” e, cada vez mais, cresce o número de espaços particulares que diferenciam e separam as classes com maiores e menores condições financeiras, como os condomínios fechados.

Ao mesmo tempo, um total de 11.425.644 pessoas – o equivalente a 6% da população do país – ou pouco mais de uma população inteira de Portugal ou mais de três vezes a do Uruguai – vive, atualmente, em aglomerados subnormais, em condições precárias de moradia. A maioria esmagadora desses domicílios está concentrada em um grupo de 20 Regiões Metropolitanas (RMs) – são 88,6%, ao todo.

# UMA METRÓPOLE DESENHADA



## MORADIA

Desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, a habitação social não avançou na agenda das políticas sociais e, com isso, os problemas habitacionais se agravaram.

A Fundação João Pinheiro estimou que, em 2008, o déficit habitacional brasileiro estava em cerca de 5,5 milhões de unidades, sendo 1,5 milhão nas regiões metropolitanas. Desses totais, 90% correspondem a famílias em situação de pobreza, com renda familiar de até três salários mínimos.

O IBGE estima que os domicílios em áreas de favelas somam um total de 3,2 milhões.

Maria das Graças Xavier é coordenadora da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e fazia parte dessas estatísticas. Morava na Vila Oliveira, periferia da Zona Sul de São Paulo, ganhava salário mínimo e precisava, com o pouco salário, pagar aluguel e todas as contas de casa. No final do mês, sempre estava no

vermelho e precisava tomar uma cruel decisão: pagar o aluguel ou comprar comida. “Assim é com inúmeras famílias no Brasil”, conta ela. “Porém, nossa Constituição garante que temos direito à moradia digna, com infraestrutura básica com esgoto, água e serviços de coleta de lixo. Não é um pedido, é um direito constitucional”.

Para isso, ela defende que os governos implantem moradia social, direito concedido a pessoas de baixa renda a uma casa ou apartamento por meio de doação ou financiamento com valores mensais módicos que não comprometam o orçamento das famílias. Mas, para isso, segundo ela, ainda é preciso muita luta. “E



**CIRO PIRONDI**  
Diretor da Escola da Cidade

***No futuro, as pessoas vão pensar que não batíamos bem da cabeça***

é aí que vem o nosso papel, de movimento social. Quando colocamos um feijão em uma panela de pressão, ele cozinha mais rápido que em uma panela normal. Sabemos que, mais dia, menos dia, o feijão vai cozinhar, ou seja, teremos moradia popular. Mas nosso movimento é botar pressão para que o governo agilize as políticas públicas para moradia”. Somente em 1996, foi incluída na Constituição o Direito à Moradia como um direito social, uma obrigação do Estado brasileiro.

Porém, de acordo com Graça Xavier, os movimentos por moradia têm avançado na resolução dos problemas. “Hoje os movimentos sociais por moradia conseguem incidir nas políticas públicas”, afirma. “Não são mais só reivindicações, já apresentamos propostas concretas junto aos governos. Eu diria que o movimento avançou na liquidez das políticas públicas; não esperamos mais, corremos atrás e apresentamos nossas propostas”.

A descentralização das políticas sociais, durante a década de 1990, avançou mais em algumas áreas - como saúde, educação e assistência social - do que em outras - saneamento ambiental e habitação, por exemplo. Também avançou com a criação de espaços de participação social.

Somente a partir de 2003, há mudanças significativas nos arranjos de gestão em torno da política de desenvolvimento urbano, já que antes os conselhos envolvendo políticas urbanas eram inexistentes em grande parte dos municípios e não havia nenhum conselho de âmbito nacional ligado a políticas urbanas.

A criação do Ministério das Cidades, a realização da I Conferência das Cidades, em 2003, e a institucionalização do Conselho das Cidades, em 2004, deram início a um processo de construção da política nacional de desenvolvimento urbano envolvendo conferências municipais e estaduais, e a adoção de estruturas normativas representativas, em acordo com os princípios defendidos historicamente pelos movimentos nacionais pela reforma urbana.

“As cidades sumiram da agenda depois da criação do Ministério das Cidades”, afirma a professora Maricato. Segundo a urbanista, o Ministério das Cidades conduz a política urbana como se fosse uma soma de obras.

“Hoje seria fundamental ter um organismo metropolitano com autoridade entre os municípios. Então, a partir de 2013, os temas relativos à cidade vêm ganhando mais visibilidade”.

A construção desse Estatuto articularia redes que ultrapassariam as fronteiras de um município, pois hoje dificilmente uma cidade isoladamente tem força política para determinar a estratégia de investimentos e gestão destas infraestruturas. No entanto, algumas iniciativas caminham para construir essas redes.

## OS CONSÓRCIOS

A associação de municípios em consórcios públicos - principalmente os pioneiros consórcios do ABC e do rio Piracicaba - foi uma das respostas que emergiram, recentemente, para enfrentar os limites da ação puramente municipal. São inúmeros os exemplos no Brasil de associativismo temático, como lixo, saúde e transportes, agregando setores que ultrapassam os limites das cidades, integrando-as. Em Minas Gerais, por exemplo, 92% dos municípios estão envolvidos em Consórcios Intermunicipais de Saúde.

“Contraditoriamente, quando a lei de colaboração federativa é criada, em dezembro de 2005, ela entra em declínio. Tínhamos na década passada alguns ensaios, mas aquela energia que se



**Mais de 5,5 milhões dos brasileiros não têm acesso à moradia digna**

colocava na discussão dos consórcios desaparece: quando a esfera federal assume mais protagonismo, o protagonismo municipal cai”, analisa Maricato.

Entretanto, embora os consórcios representem um passo importante para a construção de uma cooperação horizontal entre municípios, seu caráter essencialmente monotemático e a não participação da comunidade, os tornam, de certa forma, limitados enquanto alternativa de gestão efetivamente cooperativa e amplamente democrática.

A gestão dos recursos hídricos, que avançou na construção de novas formas de gestão com a organização dos Comitês de Bacias Hidrográficas envolvendo a comunidade, é outra forma contemporânea de gestão supralocal. Os Comitês de Bacias têm por base experiências de associação e de consorciamento que partem dos próprios municípios envolvidos e afetados por problemas comuns, mas que, por sua natureza, extrapolam o nível local.

### TRANSFORMAÇÕES

Uma dúvida perpassa a cabeça de grande parte dos moradores das metrópoles: é possível transformar os espaços em que vivemos?

“A minha geração aposta sempre em uma visão holística e numa transformação pela reforma ou revolução”, responde Maricato. “Já hoje se aposta em uma participação direta. Os jovens da periferia, por exemplo, têm um motivo pra revolta, já os de classe média tem um motivo que é mais

individual. Mas as mudanças que aconteceram a partir de junho, como suspender o aumento da tarifa de ônibus em 100 cidades, já mostram uma transformação”.

Pirondi também já vê algumas transformações, o que mantém em pé seu otimismo. Uma delas, segundo o arquiteto, é que nos últimos 25 anos cresceu a consciência ecológica, fato arraigado às novas gerações. Outro fator é a ideia de que a cidade pode – “e deve” – ser desenhada, não autoritariamente, mas em uma grande e incessante obra coletiva.

“A palavra desenho vem do latim, designare, que significa desejo”, explica ele, didaticamente. “Esse desejo de desenhar uma cidade para todos é um desejo que já está em todas as manifestações, o que me leva a crer que cada vez mais encontraremos caminhos para sairmos dessa rota de colisão. É um desejo que está vinculado a todo um processo construtivo de uma sociedade mais digna. É uma tomada de decisão humana que mostra que da forma que estávamos, provocaríamos um desastre irreversível”.

Delijaicov defende que construir uma cidade policêntrica é urgente, o que ajudaria na constituição de uma estrutura ambiental metropolitana com maior bem-estar individual e coletivo. “Na construção de uma coletividade territorial, uma visão sistêmica de que podemos construir em conjunto a cidade é importante. A coisa mais importante para a arquitetura é a cidade. Esse projeto é de autoria fundamentalmente co-

letiva, dentro de um alicerce ético, uma estrutura estética, buscando uma dimensão das virtudes e da arte de viver com as diferenças”.

Para o arquiteto, cada pessoa pode construir uma cidade melhor: “as cidades precisam promover pontos de encontro, uma capilaridade de esquinas culturais. A cidade policêntrica vai desde a retomada da rua para encontros e convivências das diferenças e a retomada qualidade de vida, mas passa fundamentalmente pela infraestrutura da construção coletiva das coisas públicas, que é uma arte da República democrática de fato participativa sem jogo de cena”, afirma Delijaicov.

“A cidade também é a construção de um processo educacional”, afixa Pironi, com otimismo. “É algo muito importante para estar nas mãos de apenas uma categoria profissional ou política. Ela deve ser, antes de mais nada, uma construção coletiva, que deveria começar desde cedo, junto aos pequenos na escola primária, com uma disciplina que chamaria história das cidades. Isso nos ajudaria a construir um processo afetivo pela cidade: você gostar dela. Afinal, as cidades representam esse anseio humano: estarmos juntos.”



**ERMÍNIA MARICATO**  
Professora aposentada da USP

***As leis são necessárias para respaldar a luta social***



## O QUE É O ESTATUTO DA METRÓPOLE?

O Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Especial, já discute a aplicação de instrumentos disponíveis para planejamento e ação regionalizada das metrópoles, prevista na Constituição de 1988. O Projeto de Lei nº 3.460/2004, de autoria original do deputado federal Walter Feldman (PSB-SP), denominado “Estatuto das Metrôpoles”, foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora segue para o Senado Federal.

O texto aprovado define diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano e disciplina o processo de criação de novas metrópoles pelos estados, visando contribuir para o processo de gestão metropolitana, principalmente em questões de mobilidade e processo de coleta e tratamento final do lixo.

A professora Maricato, no entanto, mantém certo ceticismo em relação a mudanças significativas com a implantação do Estatuto. “Não acredito mais em leis”, afirma ela, “mas sei que elas são necessárias para respaldar a luta social”. Segundo a professora é preciso analisar a efetividade dos mecanismos de participação. “Nunca fomos tão participativos, temos leis, conselhos e expertise, porém perdemos a batalha na correlação de forças: os capitais produzem e mandam na cidade

contra leis e planos diretores. Na calada da noite, em determinadas mesas, são decididas quais megaobras realizar e para onde vai o fundo público”.

Pironi avalia o avanço de um Estatuto para planejar as metrópoles, mas também destaca a necessidade de fazer frente a esses capitais. “É preciso primeiramente redesenhar a cidade e, somente depois, escrever em lei”, diz ele. “Todas as nossas iniciativas anteriores eram assim: construir leis para o desenho da cidade. Precisamos fazer essa inversão, ouvindo a população e a universidade para, assim, representar o anseio popular. A cidade é o artefato humano mais engenhoso que somos capazes de construir”.

Se aprovado o Estatuto, as metrópoles brasileiras, que durante muito tempo foram consideradas “órfãs” de mecanismos e instrumentos de uma gestão urbana integrada, teriam uma lei que as regulamentariam. Hoje, o processo de urbanização no Brasil – fortemente polarizado pelas regiões metropolitanas – é intensamente discutido pela sociedade, buscando combinar desenvolvimento regional com desenvolvimento urbano, criando uma rede integrada de serviços e estabelecendo critérios sobre o uso do solo urbano.



### SEDES REGIONAIS

A diretoria do CAU/SP realizou no dia 07 de fevereiro de 2014 a primeira reunião de organização e trabalho com os gerentes das sedes regionais do Conselho rumo à implantação dos escritórios por todo o estado de São Paulo. O encontro foi um passo importante para a capilarização das ações estratégicas de descentralização da entidade.

### CONCURSO PÚBLICO

O CAU/SP realizou concurso público para preenchimento de 86 vagas em empregos de nível superior e médio, na capital e interior do estado. A prova, com teste, redação e prática, aconteceu no dia 27 de abril e segue a obrigatoriedade legal de contratação para o funcionamento do Conselho como uma autarquia federal.

### FORMATURAS

O Presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro, participou da formatura de 43 alunos da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), na cidade de Presidente Prudente/SP, no dia 31 de

janeiro. Já o Vice-Presidente do CAU/SP, Gustavo Ramos Melo, prestigiou, também no início deste ano, eventos de formatura de 85 estudantes nas universidades UMC e Braz Cubas, em Mogi das Cruzes e Santa Cecília, em Santos.



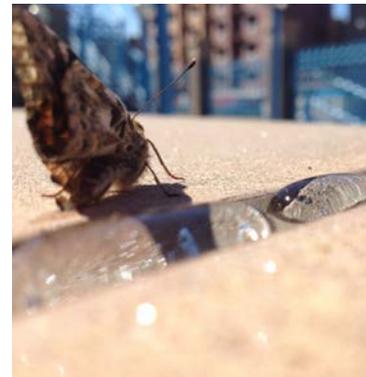
### INSTALAÇÃO DO CEAU

No dia 22 de janeiro, nas dependências do CAU/SP, foi realizada a primeira reunião do Colegiado Permanente das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas do Estado de São Paulo – CEAU/SP. A instalação do CEAU/SP cumpre o artigo 61 da Lei nº 12.378 de 2010 e a resolução nº 33 do CAU/BR. Além do CAU/SP, o Colegiado congrega representantes de mais sete entidades representativas de arquitetos e urbanistas que, juntas, debaterão questões de interesse de classe dos profissionais. Os encontros são bimestrais, podendo haver também sessões extraordinárias.

### AULA INAUGURAL

O Presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro, deu início ao período letivo da

Universidade São Francisco, ministrando aula inaugural para 450 alunos da faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Na Universidade Braz Cubas, a Diretora Técnica Márcia Mallet Machado de Moura marcou a presença do CAU/SP na primeira aula do curso. Eles falaram sobre os desafios da profissão, a conquista e a construção do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e esclareceram dúvidas de estudantes e professores sobre o funcionamento do Conselho e nos projetos na área.



### criação dos GTs

No dia 08 de novembro de 2013, foram instalados os 13 Grupos de Trabalho Temáticos que darão apoio às ações institucionais do CAU/SP. Os arquitetos e urbanistas, indicados para compor os GTs, foram divididos e alocados, considerando suas experiências e afinidades com os seguintes temas: Acessibilidade, Arquitetura Paisagística, Ensino e Formação, Habitação, Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Urbanismo – Plano Diretor, Arquitetura de Interiores, Assistência Técnica, Exercício



**INAUGURAÇÃO DAS REGIONAIS »** Seguindo a proposta de capilarização e descentralização do CAU/SP, foram inauguradas quatro sub-sedes do Conselho no interior paulista. A primeira foi na cidade de São José dos Campos, no dia 16/04 e atende a região do Vale do Paraíba e do Litoral Norte. A segunda, na cidade de Santo André, aconteceu no dia 8/05, e atende a região do ABC. A terceira, foi inaugurada em Santos, no dia 30/05, e, recentemente, a quarta, no dia 13/06, em Bauru. As sedes regionais aproximarão o Conselho do profissional, arquiteto e urbanista no estado de São Paulo. “A implantação das sedes atende a um anseio muito grande dos profissionais e um compromisso desta gestão de fundação do CAU/SP com a consolidação do Conselho em todas as regiões do Estado”, afirma o Presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro. O Conselho paulista vai instalar escritórios também nas cidades de Campinas, Mogi das Cruzes, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba.

Profissional, BIM – Informática Aplicada à Arquitetura, Mobilidade Urbana e Revista do CAU/SP. Cada grupo conta com cinco membros titulares e dois substitutos, com reuniões ordinárias programadas para desenvolvimento das atividades

uma vez por mês. O trabalho desses GTs deverá durar todo o ano de 2014.

### CÓDIGO DE ÉTICA DO CAU

Foi aprovado na 21ª Reunião Plenária do CAU/BR, no dia 15 de agosto de 2013, o primeiro

Código de Ética e Disciplina dos arquitetos e urbanistas brasileiros. A definição desse Código é uma exigência prevista na Lei 12.378 de 2010, que criou o CAU/BR, e está alinhada aos compromissos históricos da profissão. O texto é dividido em

seis seções que contém tanto os princípios - que são normas de aplicação genérica, teórica ou abstrata - como também as regras, que serão de aplicação específica e voltadas para casos concretos. Esse texto ainda inclui algumas recomendações que servem para orientar os profissionais.



### 1º SEMINÁRIO DE FISCALIZAÇÃO

Nos dias 24 e 25 de abril de 2013, o CAU/SP realizou seu 1º Seminário de Fiscalização, para orientar os profissionais. O evento foi organizado pela Diretoria Técnica do CAU/SP e teve como objetivo apresentar os fluxos de operações da fiscalização do Conselho. Entre os temas abordados, estiveram a estrutura da fiscalização, a rotina (certidões, RRTs e registros de pessoa jurídica), a apresentação da Comissão de Exercício Profissional e do Termo de Cooperação que foi assinado entre CAU/SP, CAU/BR e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. O seminário também contou com uma elucidativa palestra sobre VANTs (Veículos Aéreos Não Tripulados).



### CRIAÇÃO DO FÓRUM DE PRESIDENTES

Presidentes dos CAUs reuniram-se em São Paulo, nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2013, para a criação do Fórum de Presidentes, instância que discute e alinha as condutas entre os Conselhos Estaduais. A pauta, comandada pelo presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro, tratou de assuntos como a organização do Fórum com a criação do calendário anual de reuniões, o formato e organização dos trabalhos dos estados, os mecanismos de fiscalização, o fundo de apoio aos CAUs deficitários e as bases para o concurso para contratação da equipe técnica. A ideia é que o plano de trabalho seja desenvolvido em nível nacional, com a participação dos estados na elaboração de uma política de gestão para os próximos 10 anos. Desde então, os encontros aconteceram em todo o país, como Gramado/RS, Campo Grande/MS, Palmas/TOBoa Vista/RR, Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF, sempre com o intuito de debater sobre os desafios comuns aos CAUs.



### VISÃO, MISSÃO E VALORES

Conselheiros titulares e suplentes, com o apoio operacional de funcionários, elaboraram coletivamente a identidade organizacional do CAU/SP. A ação compõe o trabalho de Planejamento Estratégico, desenvolvido pela FIA – Fundação Instituto de Administração. O CAU/SP deve ser referência para a sociedade na busca da melhor qualidade de vida para a população e no exercício pleno da arquitetura e urbanismo. Sua missão é garantir à sociedade a confiança e qualidade nas atividades executadas pelos profissionais arquitetos e urbanistas; garantir o cumprimento de compromissos éticos dos profissionais; garantir a excelência na formação e qualificação de arquitetos e urbanistas; garantir o acesso à arquitetura e urbanismo a todos os segmentos da sociedade. Seus valores são a valorização do profissional; criatividade e inovação; gestão democrática e participativa; transparência; responsabilidade socioambiental e inclusão social; eficiência e eficácia; excelência.



### CAU/SP NA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO »

O CAU/SP esteve presente na 1ª Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, realizada entre os dias 22 e 25 de abril, em Fortaleza. O evento aconteceu simultaneamente ao 20º Congresso Brasileiro de Arquitetos e debateu o exercício da profissão, ética profissional, políticas públicas nacionais e regionais e diversos outros temas de interesse da arquitetura e urbanismo. “Nessa Conferência, discutimos os rumos da arquitetura e do urbanismo, para onde o nosso Conselho deve ir e a importância da área em relação à sociedade e à valorização da nossa profissão. São discussões que refletem o surgimento do Conselho e devem ser discutidos por todos”, destaca Afonso Celso Bueno Monteiro, presidente do CAU/SP, que esteve no evento com 36 conselheiros. Para o diretor financeiro do CAU/SP, Éder Roberto da Silva, a Conferência indicou uma nova fase: o diálogo com a sociedade com a divulgação das responsabilidades do Conselho.



### NOTA DE FALECIMENTOS

O CAU/SP lamenta o falecimento do Conselheiro Federal Miguel Pereira, no dia 15/05, aos 81 anos, em Santa Catarina. Ele havia tido um acidente vascular cerebral em novembro de 2013, seguia em recuperação, mas teve uma parada cardíaca. Nascido em Alegrete, interior gaúcho, Conselheiro Federal eleito por São Paulo, Miguel Pereira graduou-se em arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O arquiteto também integrou as primeiras reuniões do Grupo de Trabalho da revista Móbile. O conselho lamenta também o falecimento do arquiteto e urbanista João Filgueiras Lima, mais conhecido como Lelé, no dia 21/05, em Salvador/BA. Ele tinha 82 anos e estava internado há mais de dois meses em decorrência de um câncer. Nascido em 1932 na capital fluminense, Lelé formou-se em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e participou, entre outros inúmeros projetos, da construção de Brasília.

Um conselho de portas abertas para o diálogo. Assim pode ser descrita a relação do CAU/SP com as entidades de arquitetura e outras associações. Afinal, o CAU/SP nasceu da necessidade da sociedade contar com profissionais legal e tecnicamente habilitados, protegendo-a da atividade ilegal de leigos e de não aptos e as Associações de Engenheiros e Arquitetos são uma maneira de afirmar valores e viver a cidadania plena, congregando profissionais legalmente habilitados.

Os estatutos das entidades de classe reafirmam os valores do CAU/SP, desenvolvendo um importante papel de conscientização e fiscalização da sociedade, na qual, por meio de suas ações, promove a cidadania, defende o meio ambiente, valoriza o profissional, zela pela ética e pela defesa dos profissionais.

“Costumo dizer que nosso Conselho é participativo, onde todos podem opinar e toda ajuda é bem-vinda, nesse ponto as associações atuam como um braço do Conselho”, diz o vice-presidente do CAU/SP Gustavo Ramos Melo. “Onde existe uma entidade atuante, diminui-se a quantia de leigos exercendo o nosso papel e, em contrapartida, existe uma sociedade que se sente protegida”, defende.

Além disso, a relação do CAU/SP com as entidades é diferente da do Conselho anterior que tinha uma lei que dava às entidades de classe 10% do valor pago pela ART, Anotação de Responsabilidade Técnica Profissional. Na Lei do CAU, isso não existe. Porém foi encontrada uma saída legal para fazer esse auxílio, que é o edital de patrocínio, assim, a entidade que fizer uma ação na área de arquitetura é remunerada.

“Nós abrimos o edital, a entidade apresenta um projeto e, se esse projeto estiver correto, nós a remuneramos”, explica o presidente do CAU/SP Afonso Celso Bueno Monteiro. “Na sequência, a entidade faz uma prestação de contas. Isso é um ganho muito grande para o arquiteto, pois ele vai ter acesso a atividades como ciclo de palestras, seminários, edição de livros. O CAU/SP tem condição de patrocinar qualquer tipo de incentivo cultural na área de arquitetura”.

## AJUDA QUE É BEM-VINDA

*O Conselho tem condição de patrocinar qualquer tipo de incentivo cultural na área de arquitetura*

**Afonso Celso Bueno Monteiro**  
Presidente do CAU/SP

*Nosso Conselho é participativo, toda ajuda é bem-vinda e as associações atuam como braço do CAU/SP*

**Gustavo Ramos Melo**  
Vice-presidente do CAU/SP

## TECNOLOGIA COMO ALIADA

*A implantação das sedes regionais faz parte do processo de descentralização do CAU/SP*

**Éder Roberto da Silva**  
Diretor financeiro do CAU/SP

*Houve dificuldades na implantação dos sistemas online, como o SICCAU, mas hoje estão superadas*

**Pietro Mignozzetti**  
Diretor financeiro adjunto do CAU/SP

A gestão administrativa do CAU/SP inova ao conciliar o máximo de eficiência das novas ferramentas da tecnologia com a valorização do atendimento pessoal. O diretor administrativo do CAU/SP, Gerson Geraldo Mendes Faria, conta que a atual diretoria administrativa assumiu no mês de outubro de 2012 e, desde então, vem implementando novas ferramentas e práticas na administração do Conselho. Entre elas está a criação e organização do sistema de atendimento ao profissional, com o sistema de coleta biométrica, registro profissional, atendimento ao profissional online e presencial.

“No início, houve várias dificuldades da implantação dos sistemas online, como o SICCAU”, comentou o diretor financeiro adjunto do CAU/SP Pietro Mignozzetti. “Mas hoje, seguramente, qualquer problema que encontrarmos será superado. Sempre deve existir o aprimoramento”. Outro ponto levantado por Faria é o trabalho realizado juntamente com uma equipe de funcionários e técnicos do Conselho de levantamento para a escolha e implantação das sedes regionais do CAU/SP.

“Estamos em uma fase importante, que é a implantação das sedes regionais, que faz parte desse processo de descentralização do CAU/SP”, constata o diretor financeiro do CAU/SP, Éder Roberto da Silva. “Nosso objetivo é a aproximação presencial do Conselho, por meio de seus conselheiros e de sua diretoria, do profissional de arquitetura, onde ele estiver no estado”.

Entre outras ações desenvolvidas pela diretoria administrativa estão o processo de recadastramento de todos os profissionais do estado de São Paulo; o treinamento dos funcionários do CAU/SP nos módulos do SICCAU; o processo de licitação para a retirada da documentação dos profissionais do arquivo do antigo Conselho; estruturação dos setores de patrimônio - que possibilitou a compra de todos os equipamentos do CAU/SP por meio de licitação -, tecnologia da informação e recursos humanos; implantação do Comitê de Gestão Ambiental, formado por funcionários; ações de coletas itinerantes no interior e atual trabalho de ampliação da rede de telefonia, mobiliários, manutenção e segurança, entre outros.

**E** esclarecer as especificidades da profissão. Esse é o principal diferencial da Lei do CAU. Isso porque a Lei 5.194/66, do Conselho anterior, envolvia as atribuições dos engenheiros e arquitetos e era evasiva com relação às prerrogativas profissionais específicas de cada atividade. Com a implantação da Lei 12.378/2010, que criou o CAU/BR, as atribuições do profissional de arquitetura, que antes eram definidas por resolução, ficaram esclarecidas. “Na lei está escrito exatamente o que o arquiteto pode e não pode fazer e esse é o grande ganho da nossa classe”, pontua o presidente do CAU/SP Afonso Celso Bueno Monteiro.

Já Marcia Mallet, diretora técnica do CAU/SP, ressalta a importância da lei. “Como há uma discussão sobre o sombreamento profissional, as nossas atribuições agora são resguardadas por uma lei federal que tem mais força do que qualquer resolução de um órgão de classe”, afirma ela.

A definição de um Código de Ética também é uma exigência prevista na Lei. O Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas foi aprovado na 21ª Reunião Plenária do CAU/BR, realizada em 15 de agosto de 2013, e define parâmetros de conduta para o exercício da profissão de arquiteto e urbanista alinhados ao compromisso histórico com propósitos humanísticos, de preservação socioambiental e identidade cultural da profissão.

O texto traz princípios, regras e recomendações que devem ser igualmente observadas pelas sociedades de prestação de serviços com atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo. Além disso, a Lei do CAU aperfeiçoa a legislação no que diz respeito ao exercício profissional: “não basta ser formado em uma faculdade de arquitetura. Para receber o título de arquiteto profissional, a pessoa deve ser registrada no CAU”, detalha o presidente. O registro no Conselho se dá por meio da emissão da Carteira de Identificação Profissional, que tem validade em todo o território nacional, sem prazo de vencimento, funciona como comprovação do registro profissional e também como identificação civil, substituindo o RG. É produzida em policarbonato e contém um chip que armazena informações do arquiteto e urbanista, com sua certificação digital.

## DIREITOS E DEVERES DEFINIDOS

“*Na Lei do CAU/SP está escrito o que o arquiteto pode ou não fazer. Esse é o grande ganho da classe*”

**Afonso Celso Bueno Monteiro**  
Presidente do CAU/SP

“*Não basta ser formado em arquitetura. Para ser um profissional, o arquiteto deve se registrar no CAU*”

**Márcia Mallet**  
Diretora técnica do CAU/SP

## TRABALHO QUE COMEÇA NA BASE

“*Em conjunto, vamos melhorar cada vez mais a formação profissional com ética e respeito à sociedade*”

**João Carlos Correia**  
Diretor de ensino e formação do CAU/SP

“*Auxiliamos no cadastramento dos cursos e egressos das 89 Instituições de Ensino Superior de São Paulo*”

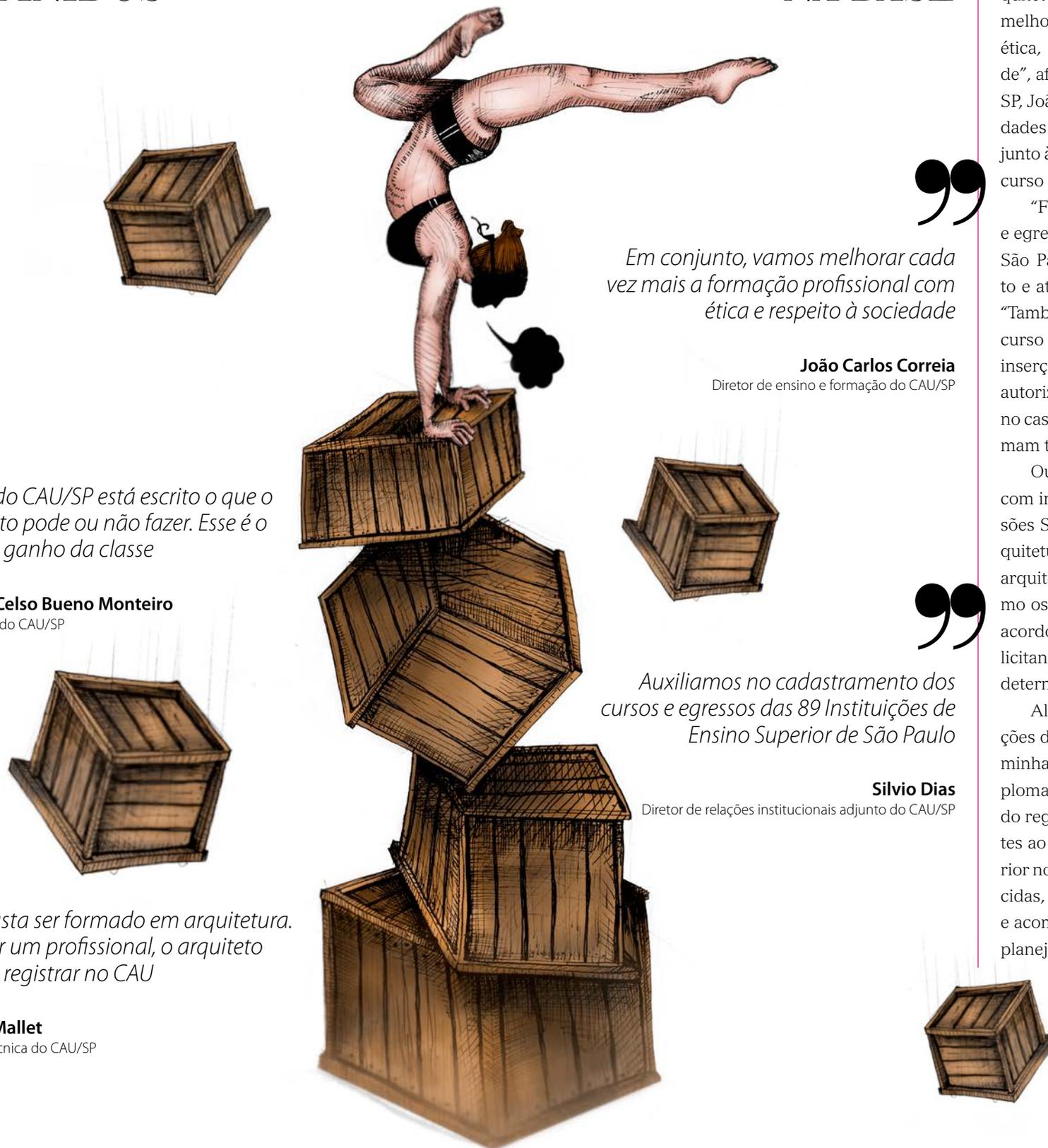
**Silvio Dias**  
Diretor de relações institucionais adjunto do CAU/SP

**A** ações do CAU/SP junto às instituições de ensino são constantes. “O papel da Diretoria de Ensino e Formação do CAU/SP é estar sempre presente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Assim, em conjunto, vamos melhorar cada vez mais a formação profissional com ética, responsabilidade social e respeito à sociedade”, afiança o diretor de ensino e formação do CAU/SP, João Carlos Correia. Ele também destaca as atividades desenvolvidas pelo CAU/SP, como o trabalho junto às instituições de ensino superior que possuem curso de Arquitetura e Urbanismo.

“Fazemos o auxílio no cadastramento dos cursos e egressos das 89 Instituições de Ensino Superior de São Paulo”, cita Silvio Dias, o então diretor adjunto e atual diretor de relações institucionais adjunto. “Também fazemos o contato com coordenadores de curso para elaboração de RRTs de cargo e função; a inserção de documentos referentes ao curso - PPC, autorização, reconhecimento - e a lista de egressos, no caso de Instituições de Ensino Superior que já formam turmas”.

Outras ações da Diretoria de Ensino e Formação com instituições de ensino são participação em Sessões Solenes de Colação de Grau e Semanas de Arquitetura e Urbanismo; recebimento de processos de arquitetos e urbanistas diplomados no exterior - como os de profissionais portugueses, decorrentes do acordo com a Ordem dos Arquitetos Portugueses, solicitando registro temporário, de acordo com o tempo determinado em contrato de trabalho.

Além disso, há o acompanhamento das solicitações de registros profissionais pelo SICCAU e encaminhamento de documentos como certificado e diploma para confirmação de veracidade e efetivação do registro; elaboração de mapas e gráficos referentes ao crescimento das Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo - número de vagas oferecidas, arquitetos ativos por região etc. - para análises e acompanhamento e participação na elaboração do planejamento estratégico do CAU/SP.





# SEM ENTRE LINHAS

SEM MEIAS PALAVRAS, O VENCEDOR DO PRÊMIO PRITZKER ANALISA A INFLUÊNCIA DO COLONIALISMO NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, CRITICA A QUALIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO, O CRESCIMENTO DAS METRÓPOLES E DISPARA: “TEMOS QUE INVERTER A ROTA DE DESASTRE DAS CIDADES”

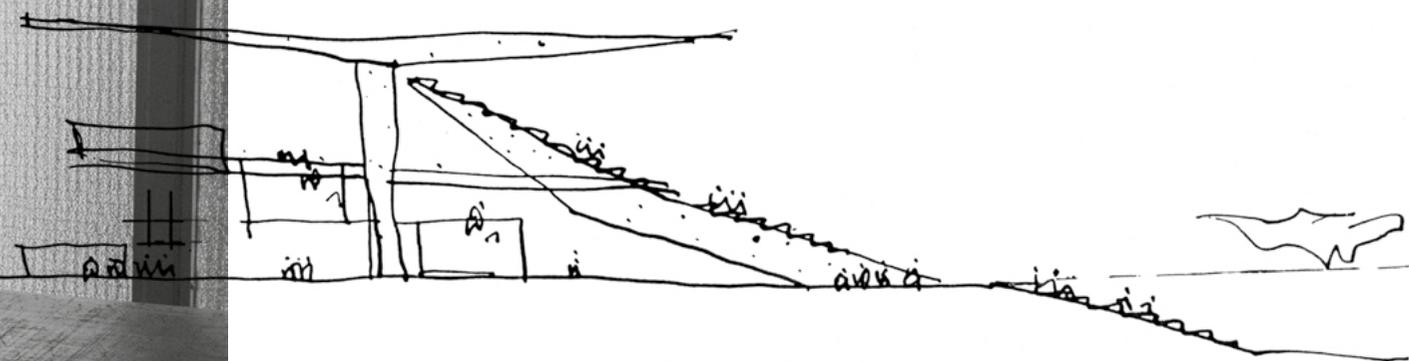
**PAULO MENDES DA ROCHA** | 86 anos » **Arquiteto e Urbanista** » Professor aposentado da FAU/USP e vencedor do prêmio Pritzker 2006.

Buzinas, gritos, motores roncando, algaravias urbanas. “Para uma conversa sobre São Paulo, essa música de fundo é bem apropriada”, afiança o renomado arquiteto e urbanista Paulo Mendes da Rocha, antes de fechar a janela de seu escritório, localizado na rua General Jardim, centro da cidade. Com o ambiente silenciado, ele se debruça sobre uma maquete de papel: o Cais das Artes, na Enseada do Suá, em Vitória, sua cidade natal.

“Olha só, o café do teatro se comunica com essa calçada aqui, você pode frequentar o café mesmo sem espetáculo”, explica o arquiteto. “A técnica só revela uma monumentalidade que já havia”.

“Mas tem que ter sensibilidade para captar”, alguém sugere.

“Não é sensibilidade, meu bem” interpela. “Sensibilidade não se pode ensinar, muito menos cultivar. É sabedoria e raciocínio! Assim, você transforma a dimensão artística em uma frescura”.



Com essa “urgência de discurso” – “eu já estou velho”, explica – Mendes da Rocha é incisivo em suas opiniões: acredita que o transporte com carros é uma “tolice”, defende a criação de uma rede hidrográfica para integrar a América Latina e afirma que o arquiteto tem obrigação política de alterar a “rota de desastre” nas cidades.

Mendes da Rocha é considerado um dos maiores arquitetos brasileiros. Vencedor do prêmio Pritzker em 2006, o mais importante da arquitetura mundial, é

autor de grandes projetos, entre eles, a reforma e intervenção da Pinacoteca e da Estação da Luz, do pórtico e da cobertura na Praça do Patriarca e do Museu Brasileiro da Escultura (MUBE).

Hoje, Mendes da Rocha não disfarça o saudosismo. “A vida é muito curta e não se pode pretender fazer nada aos 70 ou 80 anos de vida, portanto, só podemos ter um alento, digamos, no que vai continuar além de nós”, diz ele.

### MÓBILE - Como a arquitetura contribuiu para o processo de civilização?

PAULO MENDES - (Longo silêncio) Civilização de quem?

### Da Europa e da América, por exemplo. O processo como um todo.

Pode-se dizer que a primeira manifestação do homem, encontrada em arqueologia e em estudos, é a arquitetura, afinal, é o modo de ficar no lugar. Quando o homem começou a se fixar, teve que organizar a natureza: ocupou cavernas, empilhou pedras, dominou o fogo. Essa repetição de atos e manobras que garantam a sua vida constitui o que poderíamos chamar de genealogia da construção da cidade e o es-

tabelecimento de uma linguagem que descreve as coisas. Estamos falando de milhões de anos. Mas vamos dar um pulo no tempo, senão vai demorar muito. Existe um quadro famosíssimo [*Vulcano ed Eolo maestri dell'umanità*, de Piero di Cosimo, cerca de 1500-1505] e discutido de uma maneira muito especial por Erwin Panofsky [1892-1968, crítico e historiador da arte alemão, estudioso em iconografia], em que ele comenta a passagem da Idade Média para o Renascimento. Esse quadro é lindo porque, em primeiro plano, há dois velhos sentados no chão, em torno de uma fogueira, e se percebe que um deles tem a perna “estropiada”. Mais ao fundo, uma nítida e esquemática construção, como se fosse uma casinha: dois pilares de madeira, telhado e uma arquitrave em forma de tesoura. Um burro ao lado. Os dois velhos

são Vulcano [deus do fogo], expulso do Olimpo porque ousou usar o fogo como instrumento, e Éolo [deus do vento], que juntos produziram a forja. Com o vento e o fogo conseguimos tornar maleável o ferro e produzir a ferradura para o cavalo. Ou seja: transformamos o cavalo em máquina. Veja a genealogia da imaginação. É a fábrica, a forja, a máquina, a casa! É tudo arquitetura. A natureza não é habitável, é uma droga, um inferno com vulcões e tsunamis e outros fenômenos. Um de nós não sobrevive 15 dias na floresta. Transformar a natureza e torná-la habitável: eis a questão da arquitetura. Portanto, a arquitetura não contribuiu para o processo de civilização, ela é esse processo. Veja o ensino da arquitetura, as universidades, o país atrasado, a América, o colonialismo, o rio Amazonas. Temos a obrigação de influir politicamente para inverter essa rota de desastre e fazer brilhar o êxito da técnica.



### O senhor tocou num ponto interessante em sua obra: a análise da interferência do colonialismo em nossas vidas. Quais foram as consequências da colonização em nossa concepção de cidade?

Mencionei o colonialismo porque, na época em que a América foi descoberta, se dizia que o Sol girava em torno da Terra. E o senhor Galileu [Galilei, 1564-1642, cientista italiano] disse que o nosso planeta girava em torno do Sol e foi condenado à fogueira. Inauguramos algo aqui muito mal inaugurado, não sabemos fazer a justa réplica às tolices que o colonialismo impunha, tornando o Brasil próspero, como tinha que ser. Na América não se aplicou o melhor do conhecimento, ao con-



*Temos a obrigação de influir politicamente para inverter a rota de desastres das cidades brasileiras*

trário, foi colonizada com dogmas e princípios tolos, com uma visão espoliativa de consumir a riqueza do outro. Para falarmos das coisas de hoje, é preciso lembrar a monumentalidade daquele momento. No Brasil se inaugura o Ministério das Cidades justamente para fazer com que o governo ouça a voz daqueles que dizem que temos que providenciar a construção do espaço habitável, não simplesmente entregá-lo ao mer-

cado, que é a visão colonialista. O êxito da técnica é uma maravilha e é isso que a cidade deve ser. O CAU e o Ministério das Cidades existem para que se ouça essa visão política de transformação inexorável para garantir o nosso futuro e para alimentar a nossa vida. É por isso que contei a história de Vulcano e Éolo: a coisa é séria para fazer a forja. Um pagou caro e foi expulso da morada dos deuses.

### Na década 1960, houve um esforço para pensar o Brasil e a arquitetura teve papel fundamental nesse projeto. No contexto de hoje, com o desmonte do Estado, como pensar a arquitetura brasileira?

Não precisa abolir a ideia de mercado, mas não se pode entregar

a construção do espaço de uma cidade exclusivamente à iniciativa privada. O país, a cidade e o espaço precisam ser planejados. O território brasileiro talvez seja o espaço mais extraordinário em rede hidrográfica do planeta e possui um projeto antiquíssimo de ligação no miolo do país, um canal que ligaria a Bacia Amazônica à do Prata, na Argentina. Teríamos que nos associar com outros países, portanto, seria um instrumento para a paz na América Latina. E ainda falamos besteiras sobre como vender apartamento.

**O senhor poderia falar sobre o fenômeno da metropolização e os desafios enfrentados pelas cidades?**

Eu estou velho e não tenho tempo para muitas entrelinhas: a metropolização não é fenômeno, é uma ação política feita pelos homens que têm poder. Os fenômenos não podem ser impedidos e chamar o crescimento de São Paulo, que em pouco tempo chegou a 20 milhões de habitantes, nem sequer é metropolização. Foi um projeto que se deixou atrasar tanto que só havia trabalho aqui. Outra coisa, não precisa se amarrar em dívidas de 20 ou 30 anos para dizer que a “minha vida” é uma casa. É tolice a fixação na propriedade e na dívida, uma amarração com uma forma vil de capitalismo. Esse crescimento desorganizado - ou simplesmente entregue à especulação do mercado imobiliário - só pode dar desastre. Não sou eu que estou dizendo: é a fotografia que se pode tirar agora do alto do Edifício Itália ou a televisão que sem-

pre diz que “a Marginal tem 48 quilômetros de congestionamento”. O rio Tietê foi transformado em esgoto. Porém, quem tem dinheiro está livre de qualquer mal e vai aos fins de semana se divertir nas praias de São Paulo. Mesmo assim, nos últimos fins de semana, eles têm levado de 12 a 24 horas até a Baixada Santista. Não te parece uma tolice isso tudo?



*É uma estupidez carregar mais de 700 quilos de lata e dizer que se está transportando alguém*

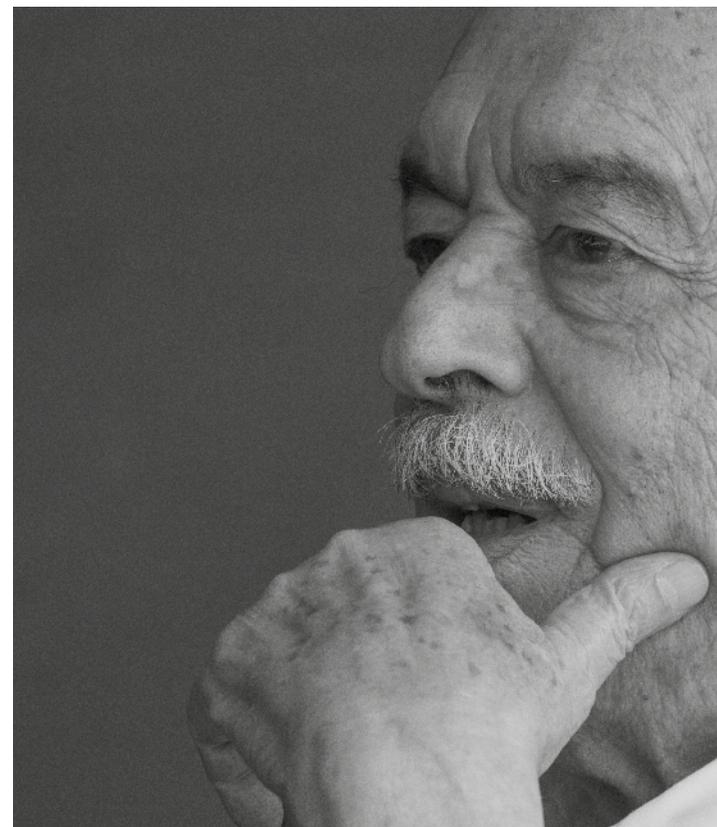
**E como resolver os problemas de mobilidade urbana?**

Por que não se diz transporte público? Nada se mexe mais do que o universo urbano. Suponhamos que ficássemos três dias, numa experiência absurda, sem ninguém sair de casa. Não houve, então, “mobilidade urbana”. É uma expressão ampla, uma forma de abordar uma questão sem dizer nada. O transporte público foi a melhor maneira que me pareceu, física e mecânica, de desfrutar do pouco que a cidade já tinha, por que não ia dar tempo de fazer nada. Hoje, o grande problema da cidade é o transporte individual, particularmente o automóvel. É uma estupidez carregar 700 quilos de lata, queimando petróleo, e dizer que se está transportando alguém. Já fazem apartamentos

menores que um automóvel. Nada mais monumental que o sistema de transporte público. Acabo meu trabalho e sei que passa um trem, de três em três minutos, que me leva pra casa. Encontro você e vamos tomar uma cerveja, um torneiro mecânico passa e conversamos com ele, outra pessoa diz que há uma peça maravilhosa e eu ligo para uma amiga vir assistir comigo e voltamos para casa às onze da noite. A cidade é uma universidade. O êxito da técnica é uma maravilha, não um desastre que não anda para lá nem para cá.

**E o senhor acredita que, desde as manifestações de junho, houve mudança nesse panorama da cidade?**

Sobre as manifestações já foi dito tudo o que se tinha que dizer. O único aspecto que não se pode discutir é a ideia de manifestação em si, porque é a formação de consciência. Quantos estudantes há no Brasil hoje, incluindo primário, secundário e universitário? Milhões. Muitíssimas horas de aulas são dadas por dia e o professor tem 40 cretinos calados por obrigação, prestando atenção no que ele diz. Já imaginou a monumentalidade dessa manifestação? Podemos tornar melhor muitas coisas que já existem. Arquitetura, no fundo, é essência do conhecimento. Não é a arquitetura que desfruta da técnica, mas ela solicita da técnica - com essas reflexões - aquilo que se deve fazer. É a escola mais importante da Universidade porque estabelece, no contraponto e na concretude,



a um tempo só, arte, ciência e técnica. Não é uma somatória de conhecimento, é uma forma específica de conhecimento arquitetônico. Nossos queridos mestres da FAU/USP diziam sempre: não se pode ensinar arquitetura, mas pode-se educar um arquiteto.

**E os arquitetos brasileiros estão preparados para dar essa contribuição tão importante e desejada?**

Tomara que não sejam apenas os arquitetos, coitados (risos). Quem deve resolver esse problema tão sério é toda a população. A arquitetura é uma forma peculiar de conhecimento que cogita essas questões no âmbito da Universidade e não são os arquitetos que vão resolver, mas a política. O arquiteto exerce uma profissão de desenvolvimento de projetos que tem uma dimensão social. Inclusive, nem precisa saber projetar, basta pensar e ajudar a construir a política que faz a cidade, o que já é um trabalho brilhante.

**E o que, apesar de todos esses problemas descritos, ainda mantém esse desejo das pessoas estarem juntas?**

Qual seria o outro desejo, estar sozinho? Nós temos que estar juntos. Você tem que aplicar a dimensão lírica e poética do significado das palavras. Necessidade é necessidade, mas você pode, claro, desejar o impossível. A concomitância de necessidades e desejos é que deu a nós, enquanto animais, o que chamamos de dimensão humana, inclusive na formação da linguagem. Ela nunca resolve estritamente o que desejamos, mas concomitantemente exprime esses desejos, o que se chama de altos ideais do gênero humano. Mais ou menos tentamos compreender o que somos. A vida é muito curta, muito breve e não se pode pretender fazer nada aos 70 ou 80 anos de vida, portanto, só se pode ter um alento, digamos, no que vai continuar além de nós e, para nos exprimir, introduzimos a dimensão dos desejos, as visões utópicas e falamos do curso de nossas vidas. Isso quer dizer que sabemos que vamos morrer. Mas você poderia me perguntar: “por que, então, você está tão entusiasmado e animadinho?”. É porque sabemos também que não nascemos para morrer, mas para continuar. Essa é a essência da minha urgência do discurso. Eu não passo de um pobre capixaba...

PEDRO FIORI ARANTES | Arquiteto e Urbanista. Professor da UNIFESP

# Entre o céu aberto e o telescópio

A Revista Móbile do CAU/SP contará com uma seção de Observatórios da prática profissional, com o objetivo de analisar, em diferentes dimensões, quais as novidades, permanências e desafios para a atuação do arquiteto e urbanista. Observatórios, tal como seu modelo mais conhecido, o astronômico, são dispositivos de observação da realidade que permitem acompanhar a evolução de um fenômeno ou de um tema estratégico, no tempo e no espaço. Na Revista Móbile, os Observatórios são espaços em que editores específicos irão acompanhar determinados temas, que apresentaremos a seguir, trazendo artigos resumidos de estudos acadêmicos, resenhas, pesquisas e informações atualizadas e consistentes aos leitores, de forma crítica e fundamentada, sobre questões de interesse da nossa profissão e dos cidadãos em geral.

Os Observatórios poderão, assim, colaborar para orientar, acompanhar e aperfeiçoar o exercício da profissão. Irão apresentar quais têm sido as contribuições importantes, embora muitas vezes pouco conhecidas, dos arquitetos para as cidades brasileiras, para o aumento da sua qualidade de vida, sustentabilidade e equidade social. Contudo, os Observatórios do CAU/SP não terão olhos apenas nas chamadas “boas práticas”, devem apontar

também as problemáticas e, em ambos os casos, avaliar seus contextos, agentes e interesses, sugerindo, na medida do possível, alternativas e possibilidades.

Diversas universidades, no Brasil e no exterior, possuem importantes Observatórios de políticas públicas. Em nossa área de atuação, merece destaque o Observatório das Metrôpoles”, uma rede nacional de pesquisa que conta com mais de 150 colaboradores em diversas localidades

do país, sob a coordenação geral do renomado IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Revista do CAU/SP, sem tornar-se um órgão de pesquisa, pretende realizar iniciativa complementar, de divulgação e difusão de trabalhos e pesquisas – inclusive as realizadas por observatórios e institutos. Nosso modelo de divulgação, diferentemente de revistas acadêmicas, é



## Os observatórios transitam entre o olhar a céu aberto e o telescópio direcionado

Cada Observatório contará com dois editores relacionados ao tema específico. Seu papel é sobretudo o da seleção do material a ser publicado, avaliando sua pertinência e impacto. Cada editor, por isso, deve ser uma pessoa fluente em relação ao tema do qual se encarregará, ser reconhecido entre seus pares e estar atualizado em relação ao debate e às novas pesquisas. Deverá ser capaz de selecionar materiais enviados à Revista, encomendar textos e resenhas a autores, resumir pesquisas de maior folego, bem como avaliar a qualidade do material escolhido, assumindo a responsabilidade pela sua divulgação.

Além da produção nacional, será muito bem-vinda a divulgação de pesquisas e práticas internacionais, que colaborem para situar o Brasil em relação a temas estratégicos da arquitetura e do urbanismo. Com isso, poderemos abrir possibilidades de intercâmbio e reconhecer algumas das distâncias a serem superadas em vários aspectos de nossa atuação: da contratação de obras públicas e regulação da propriedade urbana ao ensino da arquitetura e emprego de tecnologias sustentáveis.

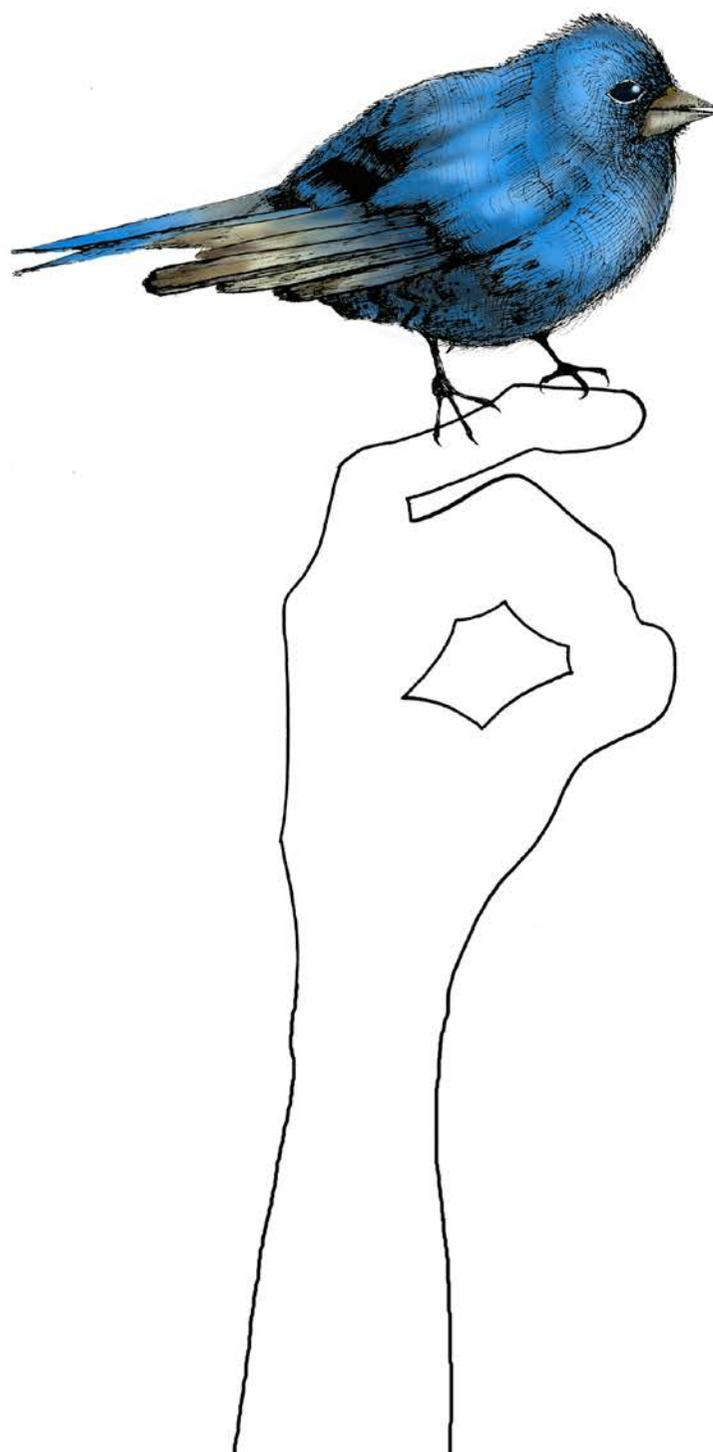
Os Observatórios são, portanto, pontos privilegiados de observação atenta da realidade, monitorados por editores específicos que regulam os “aparelhos óticos” e ajudam a indicar focos e objetos, podendo transitar entre escalas globais e locais (entre o olhar a céu aberto e o telescópio direcionado), devendo primar pelo caráter objetivo, atualizado e informado.

## OBSERVATÓRIO DAS CIDADES

Tem como questão acompanhar a atuação de arquitetos e urbanistas no planejamento urbano de pequenas cidades a grandes metrópoles, apresentando desafios atuais, relacionados às diversas políticas urbanas, como habitação, mobilidade, infraestruturas, espaços públicos, patrimônio histórico, parques, centros culturais etc. Quais os temas emergentes da urbanização nas cidades brasileiras e, em especial, paulistas? Como construir e promover qualidades urbanas no Brasil de hoje? Por que o Estatuto das Cidades e nossas leis de Reforma Urbana não transformaram nossas cidades como queríamos? Além dos instrumentos legais, qual a capacidade de projetos urbanos redesenharem a cidade? Depois de três décadas de urbanização de favelas, onde chegamos? Por que desastres ambientais se repetem sem solução? Por que chegamos ao travamento da mobilidade urbana e quais as saídas? Por que os gestores não conseguem orientar o crescimento das cidades e fazer frente ao espraiamento promovido pelo mercado e políticas habitacionais? Quais os últimos avanços nas políticas de patrimônio construído e centros históricos? Como mudar a dinâmica privatista de cidades segregadas e muradas, em que a desigualdade e a violência produziram a fobia do espaço público e do contato entre as classes? Quais exemplos de cidades e políticas públicas do exterior estimulariam nosso debate?

## OBSERVATÓRIO DE OBRAS PÚBLICAS

Analizará a produção de projetos e obras públicas, a relação entre empresas de projeto, construtoras, gerenciadoras e administração pública. Por que obras públicas no Brasil são, em geral, de tão baixa qualidade e com aditamentos recorrentes? Como deve ser montado um bom termo de referência para licitação de projetos e obras? Por que não são comuns os concursos de projeto como modalidade de licitação, ao contrário do que ocorrem noutros países? Quais os agentes que hoje comandam o modelo de contratação de obras públicas? Por que nossa classe profissional perdeu até o momento a disputa pela qualificação de projetos e correta remuneração dos profissionais? Quais os exemplos nacionais e internacionais de boas contratações de obras públicas e o que precisaríamos



**A seção analisará as novidades e desafios de atuação da Arquitetura**

fazer para adotá-los? A flexibilização da licitação com o regime diferenciado de contratação (RDC) pode melhorar ou ainda piorar a situação de contratação? E, por que depois de executados, os prédios são caros de se manter, não atendem adequadamente aos usuários e não cumprem requisitos de sustentabilidade? Como órgãos públicos podem construir e manter inteligência projetual e uma cultura pública de bons projetos? Como está a carreira pública de arquiteto e urbanista e onde é preciso avançar?

## OBSERVATÓRIO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

O mercado imobiliário mudou substancialmente na última década, sobretudo depois da abertura de capitais de empresas construtoras e incorporadoras, do aumento do crédito e da internacionalização do setor. Caberá a este observatório descrever e compreender essas mudanças e compará-las com o cenário de outros países. O que mudou no sistema de financiamento imobiliário brasileiro? Quais foram os custos e benefícios dessas mudanças, com abertura e concentração de capitais e alteração na propriedade e no perfil das empresas? Quem são os principais agentes do mercado, como contratam os serviços de arquitetura e como os escritórios tem se organizado para atendê-los? Como fazer frente ao avanço do marketing imobiliário, inclusive na definição do *briefing* e da forma dos edifícios? Quais as tendências do

mercado que contribuem para cidades melhores e mais inclusivas e quais as que aprofundam as desigualdades e segregações? Quais as dificuldades para aprovações e licenciamentos e como superá-las? Quais as relações do mercado imobiliário com o sistema político? Como o mercado privado assumiu a política habitacional brasileira por meio do “Minha Casa, Minha Vida”? Por que é tão difícil regular e direcionar o mercado imobiliário no Brasil em favor de cidades sustentáveis? E por que a taxação progressiva da propriedade não ocorreu aqui como no exterior? Vivemos afinal uma “bolha imobiliária”? Quais as consequências sociais e urbanas da enorme valorização da terra recentemente no Brasil?

## OBSERVATÓRIO DA CONSTRUÇÃO

Tem como questão mapear e discutir as inovações em tecnologias e processos produtivos, novos *softwares* e novos materiais, mudanças na organização de canteiro de obras, bem como no mercado de trabalho, nas construtoras e na cadeia de materiais de construção. O aquecimento do mercado imobiliário e de obras públicas implicou em mudanças significativas nos processos de produção? Um setor considerado atrasado está avançando em inovação, controle de qualidade, pré-fabricação e industrialização? Quais as diferenças de organização e métodos entre obras civis e de construção pesada, grandes ou pequenas empresas e o que nos

ensinam? Como está o setor cooperativista na construção civil? Como novos sistemas e materiais têm alterado processos produtivos, seus tempos e custos? Como as ferramentas digitais de projetos e gerenciamento de obras influenciam na produção? O que tem sido feito para aumentar a qualificação profissional, de arquitetos a operários, em todo o conjunto de trabalhadores da construção? Tem avançado a formalização e regulação do mercado de trabalho, em especial relacionados à subcontratados e temporários? Quais as conquistas na prevenção e proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em obra? Como tem sido a atuação dos arquitetos junto a sindicatos patronais e de trabalhadores?

### OBSERVATÓRIO VERDE

Analisa as diversas questões socioambientais associadas à produção da arquitetura e das cidades. Abarca questões de sustentabilidade, bioarquitetura, certificações de materiais e edificações, gestão ambiental das cidades e o desenho da paisagem urbana. Quais os principais desafios da agenda verde para as cidades e os avanços em relação à Agenda 21? Quais as consequências do novo código florestal no contexto urbano? Quais os prós e contras do mercado de certificações ambientais? Como tem sido feitos os licenciamentos ambientais e seus entraves? Quais critérios de eficiência energética, economia de materiais e reúso de água poderiam já ser incorporados em códigos de obra, projetos e licitações? O que o mercado tem praticado nessa área com sucesso e onde ainda repete erros do passado? No planejamento urbano, quais temas ambientais foram incorporados e quais ainda não são atendidos? Quais bons exemplos de políticas e projetos de descontaminação de solos e recursos hídricos e renaturação de rios urbanos? Como a maior metrópole do país segue cronicamente inviável em relação às enchentes? E por que chegamos ao ponto de esgotamento dos nossos reservatórios de água e aterros sanitários? Por que não avançamos na coleta seletiva de lixo e no trabalho das cooperativas de reciclagem? Quais exemplos do exterior nos trariam referências práticas imediatas para orientar políticas e programas?

### OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS URBANOS

Depois de um ciclo de muitas mobilizações e lutas urbanas na redemocratização, elas pareciam ter se arrefecido e institucionalizado nos anos 2000. Mas, recentemente as cidades voltaram a ser palco de manifestações. Com uma perspectiva histórica e atenta à atualidade, este observatório irá avaliar como anda a agenda da Reforma Urbana, da Gestão Democrática das Cidades e seus sucedâneos. Quais são e quem são os novos movimentos urbanos, suas bandeiras e práticas de luta? Quais foram suas conquistas ou derrotas recentes? Como andam os movimentos tradicionais? Existe uma agenda renovada para substituir a antiga bandeira da Reforma Urbana? A sua institucionalização e transformação em leis e estatutos foi bem sucedida? Quais foram e quais são os arquitetos envolvidos com essas lutas e o que tem a dizer? Que fim levou o Orçamento Participativo e a agenda da Gestão Democrática das Cidades? A multiplicação de conselhos e espaços de participação influenciou decisivamente as prioridades das políticas públicas ou não? O que ocorreu com os mutirões autogeridos? Quais são

outras batalhas urbanas travadas recentemente, do Egito e Turquia à Venezuela e Ucrânia? Enfim, para onde caminha a política das cidades e nas cidades?

### OBSERVATÓRIO DO ENSINO

Cabe aqui avaliar questões históricas e contemporâneas relacionadas ao ensino de arquitetura e urbanismo, nas universidades públicas e privadas, discutindo que profissional está sendo formado nessas escolas. Nos últimos 10 anos, o número de cursos de arquitetura mais que dobrou, chegando a 369 no Brasil e 100 em São Paulo. Isso é bom ou ruim? Quais os perfis das nossas escolas e faculdades de arquitetura? Quem são os estudantes e professores? Quais os projetos pedagógicos mais inovadores? E os projetos pedagógicos tradicionais, seguem válidos ou foram reformulados? Quais as dificuldades em relação à renovação das diretrizes curriculares? Seria interes-

sante um exame da ordem, como fazem os advogados? Ou um sistema de acreditação de cursos pelo CAU, com adesão voluntária, como ocorre noutros países latino-americanos? Como ampliar a internacionalização dos estudantes, professores e currículos? Como está o ensino das novas tecnologias e as condições de infraestrutura para isso? E dos canteiros experimentais e oficinas? Como estão os escritórios modelos, as práticas assistidas e demais atividades de extensão? E como fazer avançar nas faculdades privadas a pós-graduação e a pesquisa? Como articular a formação prática e teórica, interna ao curso e externa, com programas de estágio, residência e extensão?



**Nosso modelo de divulgação é panorâmico e sintético, com estímulo à reflexão**



# *Sobre a anormalidade como norma*

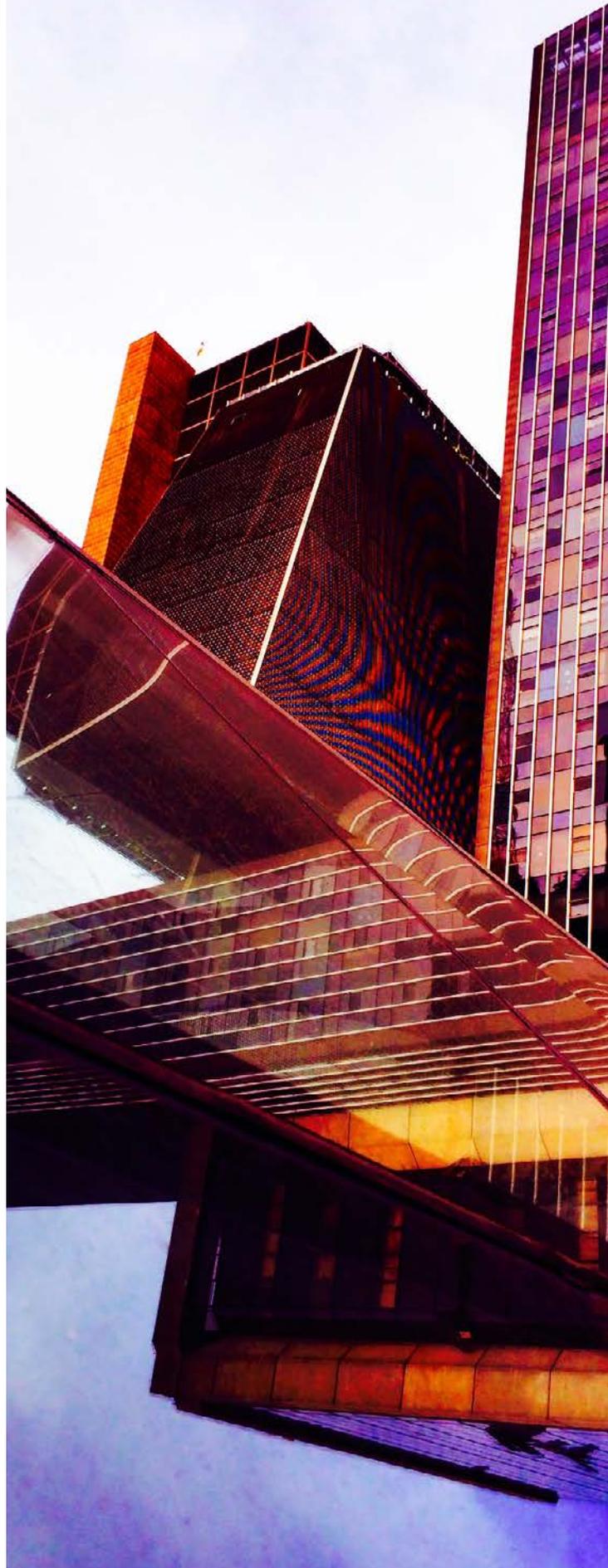


“

***A transformação do trabalho em capital é, em si, o resultado do ato de troca entre capital e trabalho. Esta transformação é posta apenas no processo de produção mesmo.***

Para os de fora, o tapume provoca um efeito de caixa preta. Lá dentro, operações misteriosas encaminham os meios de produção na direção do produto final. Não vemos essas operações. O tapume as oculta apesar de sua função técnica – proteger o exterior do que pode ocorrer no interior e o interior das invasões do exterior – não implicar a barragem da visão. Ele impede, portanto, a observação da produção sem que haja nenhuma razão objetiva para fazê-lo. Invisível, pouco a pouco, o trabalhador coletivo, sempre numeroso na construção, da forma e consistência ao “jogo sábio dos volumes sob a luz” e desaparece no fim do processo. Poderíamos quase destacar um princípio que rege a retirada dos tapumes: ela ocorre quando, recheadas de muita mais-valia, as edificações não deixam mais ver que são o produto da mão do homem. Ou seja, a edificação somente abandona essa provisória pele encobridora quando adere definitivamente à máscara do desenho denegador, quando o tempo de sua gestação é imobilizado pela simultaneidade no jogo dos volumes. Sob a máscara passageira, não surge a verdade – mas outra máscara petrificada. E o que foi tempo vivo de produção (oculto) torna-se valor por um lado, por outro, um fetiche.

O tapume opera como fetiche: encobre o lugar em que a violência passada reproduz-se. Somente no canteiro a perversidade da troca aparentemente justa entre salário e força-de-trabalho revela sua injustiça. Somente então o pressuposto dessa troca – a apropriação pelo capital de todos os meios materiais de produção e a transformação da força-de-trabalho obrigatoriamente em mercadoria – entra na efetividade. A subordinação do trabalho vivo, consequência da troca, posta pelo processo produtivo, desmascara a paz igualitária do ato jurídico: o intercâmbio “justo” entre trabalho e capital mostra-se como exploração desavergonhada da força-de-trabalho pelo capital. O momento concreto dessa inversão entre a aparência justa da troca e a desigualdade que pressupõe, este salto entre a equidade abstrata e a subordinação efetiva seria revelador demais para aparecer sem mais. Em geral, o zoneamento territorial e a fortificação quase militar das unidades de produção afastam da vista da coletividade essa passagem à verdade. Mas a construção não pode ser isolada em zonas especiais.



### ***O tapume encobre o lugar onde a violência passada reproduz-se***

As fotos que compõem este ensaio são de | GAL OPPIDO |

Ela necessariamente espalha-se pela cidade. O tapume, então, faz as vezes do impossível zoneamento. Separa o espaço interno da produção do exterior pelo tempo em que ela dura.

Mas no fetiche o que não deve ser visto contamina o que impede de ver. Sabemos ou pressentimos que atrás dele há alguma variante da castração. Somos tentados a procurar o buraco que permitira ver a verdade, como *voyeurs*. Se há o que esconder, deve haver alguma coisa sórdida do lado de lá. Mas a verdade não é visível. Nada exteriormente revela a trapaça. Sob o que impede de ver, não há nada a ver, a não ser o impedimento de ver: salvo exceção, a violência moderna essa interiorizada. E o impedimento de ver trai a fobia de deixar ver, com o que revela que há algo a não ver. Somente a máscara denuncia o porquê da necessidade de mascarar.

O tapume, em geral, é tosco, elementar – obviamente *non-finito*. Para a estética oficial indicaria o sublime, o insimbolizável, o que não tem nome, o real ou coisa do gênero. Muitas vezes, sobretudo nas obras menos sofisticadas, é mal feito. Le Corbusier poderia apor a legenda que imaginou para a janelinha que saiu torta por causa de uma *fôrma* que cedeu em La Tourette: “por aqui passou a mão do homem”. A referência explícita ao trabalhador só é admissível quando ele falha. Expulso da obra pelo projeto encobridor (o qual em geral desenha uma obra imaginária sobre a real, para que o operário real desa-

pareça sob um outro imaginário), ele, enquanto dura a produção, é indicado no exterior, no tapume, por um trabalho sumário, pouco qualificado e obviamente inadequado se sua função fosse realmente proteger o interior do exterior ou o exterior do interior. A aparência instável e efêmera do tapume desmente sua função declarada. Mas sua função latente tem sucesso: no único lugar em que o trabalho deixa vestígios evidentes, sua suposta imperícia fica demonstrada. Poucos se lembram que, mesmo então, a força de trabalho está sob o regime da heteronomia. No mais, outros vestígios seus, temporariamente encobertos pelo tapume, sumirão no fim da obra. Como num passe de mágica, o escondido mostra-se na coisa encarregada de escondê-lo – mas de tal modo que o escondido, mostrado como não é, continue escondido sob sua desocultação. Surpresas do sublime.

Do outro lado do tapume, há o outro, um outro anônimo, sem identidade. Encurralado, enjaulado (às vezes concretamente), ele nos parece ameaçador. O preso, *a priori*, tem ar suspeito. Mais ainda quando, no fim da obra, o tapume desengonçado, frequentemente feito de restos, é retirado e, com ele, os trabalhadores que passam de ocultos a ausentes. A obra então sai de seu invólucro obtuso como *call-girl* do bolo de aniversário do gangster, bem maquiada e com as rugas colmatadas, como se fosse novinha em folha, sem nem sinais de uso. Por abdução, o mais pobre dos auto-

matismos do entendimento, a emergência festiva do produto acabado do duvidoso invólucro, o sombrio tapume, contrasta a limpeza do resultado visto como fruto do bom desenho com a sujeira caótica do canteiro, seguramente mal frequentado. Quando o tapume é retirado e a produção cessa, tudo se passa como se a ordem e a segurança voltassem a reinar para o bem de todos. E nada parece mais justo que a evacuação dos trabalhadores do local, agora impróprio para sua selvageria.

Se não há nada terrível a ver no outro lado do tapume, assim mesmo o que não vemos tem parentesco com o monstruoso. O cidadão manufatureiro, teoricamente livre, tem que abdicar de sua liberdade – contrariando o cínico mandamento das constituições “democráticas” que declaram tal abdição, a da enorme maioria da população, inconstitucional. A artimanha transforma o roubado em culpado pelo roubo. A oligofrenia imposta à força-de-trabalho, pressuposição para sua exploração, aparece como posta, autoimposta por ela mesma ao aceitar sua troca por salário, como se houvesse alternativa. A desgraça ganha o reforço da culpa. A mutilação do cidadão “livre” passa à condição de automutilação. Ele deve obediência total, surdez a si mesmo, enquanto a organização manufatureira impõe que escute sua própria competência. Em vez da elegância dramática do “ser ou não ser”, a questão passa a ser e não ser ao mesmo tempo, paródia de dialética. Como num *lapsus*, é essa tortura invisível que o tapume tenta inutilmente tirar da vista – com o que a indica.

O tapume é um recurso eurístico: permite que a produção das obras, tal como ela ocorre hoje, se apresente como um processo lógico e necessário e seus mistérios (por que as obras se fantasiam de outras obras?) como sutilezas estéticas. Se seguíssemos a produção passo a passo, sua irracionalidade faria desconfiar desses argumentos. Nenhum canteiro resiste à interrogação lúcida. A anormalidade é sua norma. Isso sim, o tapume oculta. O mágico que serra a moça esconde o lugar em que aparentemente serra numa caixa. O empreendedor manufatureiro não serra moças. Mas serra o operário, entre a mão e o cérebro, exigindo, entretanto, que continuem unidos. Ainda isso o tapume pretende ocultar – mas somente os de



### ***O empreendedor serra o operário, entre a mão e o cérebro***

dentro, por dentro, sentem o corte. O amontoado de operações ilegítimas e heteróclitas que requer a subordinação obriga a prudência de tudo esconder, com ou sem razão. Seria mais um absurdo supor que a irracionalidade procede sempre racionalmente.

As grandes empresas cuidam da aparência do tapume. Ao contrário das que visitamos até agora, são mais apuradas e recobrem operários uniformizados com capacetes e equipamentos de segurança. Querem impressionar com a representação de progresso no processo de produção. Mas como esse progresso limita-se em geral à passagem somente aparente da subordinação formal à real (na verdade substituição da manufatura serial pela heterogênea), a aparência é encarrega-

da de fingir a passagem fictícia. O tapume deixa ver então esses operários uniformizados e guindastes transportando peças pré-fabricadas – o capital acredita ainda que todos esperamos o dito progresso das forças produtivas figurado por esses *ersatz* de industrialização. O momento produtivo escondido anteriormente agora aparece parcialmente em algumas vitrines que sugerem sábia organização de produção avançada. Uniformes e guindastes ocupam o lugar de máquinas. Mesmo quando deixa ver, o tapume mascara.

O tapume, como o desenho de arquitetura, serve à denegação da produção. Ele antecipa seus efeitos. Por isso some quando o desenho cumpre totalmente sua missão.

**SÉRGIO FERRO** é arquiteto, pintor e professor da Escola de Arquitetura de Grenoble. Foi professor da FAU/ USP entre 1962 e 1970. É autor de *O Canteiro e o Desenho* (Editora Projeto, 1979) e *Arquitetura e Trabalho Livre* (Cosac Naify, 2006), entre outros livros.

## perguntas e respostas

### RRT E CAT

#### Quanto às informações sobre RRT Extemporâneo, devo seguir a Resolução 31 do CAU/BR?

Sim. O RRT Extemporâneo deve ser emitido apenas para projetos concluídos e obras/serviços concluídos ou instalados. Se a obra ou serviço ainda não foi iniciado, não selecione RRT Extemporâneo, selecione a opção RRT simples. O RRT Extemporâneo será analisado e aprovado pela Comissão de Exercício Profissional do CAU/SP. No momento da solicitação, o profissional deverá pagar uma taxa de expediente, no valor de 2 (duas) vezes o valor da taxa de RRT. Essa taxa não será devolvida mesmo que o RRT não seja aprovado pelo CAU.

Após 02 de agosto de 2014, todo o RRT extemporâneo aprovado, pagará a multa no valor de 300% do RRT. Se o arquiteto tiver sido autuado pela fiscalização do CAU/SP essa multa será cobrada a qualquer data. Cuidados na solicitação do RRT EXTEMPO-RÂNEO: os documentos anexados a solicitação e o próprio RRT não poderão estar em conflito com aqueles que forem apresentados quando da solicitação de Certidão de Acervo Técnico.

Depois da aprovação do RRT Extemporâneo em questão pela Comissão de Exercício Profissional do CAU/SP será necessário solicitar a baixa de responsabilidade técnica do mesmo, anexando documento assinado pelo profissional e/ou pelo contratante, informando a conclusão dos serviços. A solicitação de baixa de responsabilidade e Certidão de Acervo Técnico deve ser solicitada ao CAU do Estado onde os serviços foram executados.

#### Qual o modelo de atestado?

O modelo de atestado a ser apresentado na solicitação de Certidão de Acervo Técnico com atestado requerido no SICCAU deve obedecer expressamente a Resolução 24 do CAU/BR.

Todas as informações e os dados técnicos constantes no atestado digitalizado devem ser declarados pelo representante legal da pessoa jurídica contratante ou, por representação desta, por um arquiteto e urbanista ou outro profissional que, como ele, tenha atribuições profissionais que o habilitem a realizar as atividades atestadas justificadas por meio de documentos comprobatórios digitalizados.

Requisitos necessários na elaboração do atestado:

1. Declaração do arquiteto e urbanista quanto à veracidade das informações do RRT e atestado.
2. Local da obra ou serviço.
3. Dados da pessoa jurídica contratante.
4. Dados do profissional habilitado que atestou as informações técnicas do atestado.
5. Dados da pessoa jurídica ou do responsável técnico contratado.
6. Descrição das atividades realizadas e do período de sua execução.

A Certidão de Acervo técnico com Atestado será emitida após análise da documentação apresentada e somente será emitida se o contratante for pessoa jurídica (Lei 8.666).

### REGISTRO PROFISSIONAL

#### Qual o prazo de análise de protocolos de interrupção e reativação de registro profissional?

Após a solicitação de interrupção do registro profissional através do SICCAU, o mesmo será submetido à avaliação documental do setor de competente do CAU/SP para trmite da documentação necessária para depois de saneadas as pendências que por ventura existam esta solicitação seja encaminhada à Comissão de Exercício Profissional para sua aprovação.

#### É a mesma legislação que estabelece a reativação do registro profissional?

Sim, a Resolução 18 do CAU/BR é a mesma para os dois casos, tanto para interrupção de registro como para reativação do mesmo. Esta solicitação poderá ser requerida a qualquer tempo, segue abaixo a documentação digitalizada necessária para atender estes procedimentos:

1. Diploma de graduação ou certificado de conclusão em curso de Arquitetura e Urbanismo.
2. Histórico escolar.
3. Carteira de identidade civil ou cédula de identidade de estrangeiro.
4. Prova de regularidade com a Justiça Eleitoral, quando brasileiro.
5. Prova de regularidade com o serviço militar.

No caso de o profissional apresentar o certificado de conclusão de curso, o registro terá validade máxima de um ano.

#### Quando se é formado no exterior, quais os procedimentos para registro no CAU?

Os procedimentos para registro de estrangeiro estão previstos e estabelecidos pelas Resoluções Federais do CAU nº 26 e 63. Deve ser feita solicitação no site de serviços do CAU/BR, acessando a aba "Solicitar Registro Profissional". Após a efetivação do requerimento, você deve encaminhar o número da solicitação de registro emergencial para o e-mail: ensino@causp.gov.br.

### REGISTRO DE EMPRESA

#### Qual o prazo para efetivação de registro de empresa?

Os procedimentos para registro estão previstos pela Resolução do CAU/BR nº 28, e o prazo de análise encontra-se estabelecido conforme abaixo:

Após a solicitação no SICCAU do registro de pessoa jurídica, o mesmo será submetido à avaliação do setor de competente do CAU/SP que terá o prazo de 30 (trinta) dias para:

Deferir, aprovar e tramitar a documentação necessária depois de sanadas as pendências que por ventura existam durante este procedimento.

### REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

#### Quais os critérios estabelecidos pela Resolução 28 do CAU/BR para registrar uma empresa no CAU?

Devem ser registradas no conselho:

- Pessoas jurídicas cujos objetivos sociais sejam as atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas;
- Pessoas jurídicas cujos objetivos sociais tenham além do exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas também exerçam atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- Pessoas jurídicas cujos objetivos sociais sejam no exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, tenham arquiteto e urbanista como responsável técnico.

#### O que devo fazer para registrar uma nova empresa de arquitetos e urbanistas no CAU?

Basta acessar o site de serviços online do CAU/SP, ir para a aba "acesso rápido" e clicar em "Solicitar registro de empresa". Preencha o requerimento de pessoa jurídica, respeitando os campos obrigatórios.

Em seguida, anexar os documentos abaixo necessários para o registro, de acordo com a Resolução nº 28/2012 e 48/2013 do CAU/BR (em formato digital – PDF ou JPG, com até 10MB compactados).

1. Contrato Social ou equivalente.
2. Cartão de CNPJ.
3. RRT de Cargo e Função de cada um dos responsáveis técnicos.

4. Comprovação de vínculo do responsável técnico com a pessoa jurídica (carteira de trabalho previdência social [CTPS] ou contrato de prestação de serviços ou portaria de nomeação ou contrato social).

#### Sou arquiteto, responsável técnico por uma empresa que tem sócios arquitetos e engenheiros, como devo proceder?

Para casos como esses, em que uma empresa tem composição mista – sejam sócios ou objetivo social – é necessário registro tanto no CAU quanto no CREA.

### CARTEIRA PROFISSIONAL

#### Qual o prazo de entrega da carteira profissional?

O CAU/SP faz somente a coleta de dados biométricos e a análise dos documentos recebidos. O processo de registro é encaminhado ao CAU/BR que emite a Carteira de Identidade do arquiteto e urbanista.

#### Como posso realizar o agendamento de coleta de dados biométricos?

Você não precisa agendar horário, basta comparecer à sede do CAU/SP, localizada no centro de São Paulo, na Rua Formosa, 367, no 23º andar. O procedimento é rápido e o horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das 9h às 17h.

### ANUIDADES

#### Após o vencimento da anuidade, como proceder com a emissão de boleto?

Caso você seja pessoa física ou jurídica e não quitou até o vencimento o boleto de anuidade, não se preocupe. O próprio sistema cancela o boleto e emite uma nova guia de pagamento. Caso não esteja disponível, você pode entrar em contato com a Central de Atendimento do CAU/SP pelo seguinte telefone: (11) 3337-6939, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

*fique  
por  
dentro*

## SEU DOCUMENTO PROFISSIONAL

A Carteira de Identidade Profissional é fundamental para o arquiteto e urbanista exercer legalmente a profissão. Além de comprovar o registro profissional, também é válida, em todo país, como identificação civil. Para fazer a sua, visite o site do CAU/SP e cadastre-se no SICCAU. Um boleto com a taxa de emissão será gerado. Imprima-o, assim como a declaração de veracidade de dados emitida pelo SICCAU. Realize a coleta biométrica na sede do CAU/SP. Pague a taxa. Se você já fez a solicitação, mas ainda não recebeu sua carteira, verifique no site a sua carteira não foi devolvida pelos Correios, por motivos de endereço incorreto ou ausência de pessoa no local para recebimento do Sedex. Em caso de dúvidas, entre em contato com a nossa Central de Atendimento pelo seguinte telefone: (11) 3337-6939.



<http://www.causp.org.br/>

## VOCÊ TEM DÚVIDAS SOBRE RRT?

Por meio do sistema de serviços on-line do CAU, o preenchimento do Registro de Responsabilidade Técnica - RRT é uma tarefa muito simples, pois ele possui uma série de recursos que o torna bastante interativo e acessível. O formulário de preenchimento deverá ser acessado por meio da opção "Preencher RRT", que está disponível no menu denominado "RRT". Porém, mesmo sendo um procedimento simples, ainda podem haver dúvidas. Pensando nisso, o SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU - tem um Manual da Área de Serviços, em que todas as suas funções são explicadas em detalhes. A definição de cada modalidade de RRT assim como as especificidades de seu preenchimento são demonstradas por meio de imagens, num sistema de passo a passo. Vale a pena conferir.



<https://servicos.caubr.org.br/>

